



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT  
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - SUROD

## TERMO DE REFERÊNCIA

### SUMÁRIO

#### SUMÁRIO

[Introdução](#)

[OBJETO](#)

[JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO](#)

[DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO](#)

[DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR](#)

[REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO](#)

[VISTORIA PARA A LICITAÇÃO](#)

[MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO](#)

[CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS CONTRATADOS, SUA COORDENAÇÃO E EQUIPE TÉCNICA](#)

[I. Diretrizes gerais](#)

[II. Diretrizes para o desenvolvimento das atividades contratadas](#)

[III. Descrição das atividades](#)

[Atividade 1 - APOIO TÉCNICO NO ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES](#)

[Atividade 2 - APOIO TÉCNICO NA DEFINIÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA AGENDA REGULATÓRIA E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE REGULAÇÃO](#)

[Atividade 3 - APOIO TÉCNICO NAS RESPOSTAS A QUESTIONAMENTOS DE OUVIDORIA, DA DIRETORIA, ÓRGÃOS E CONTROLE EXTERNOS E INTERNOS](#)

[Atividade 4 - APOIO TÉCNICO NA INSTRUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SIMPLIFICADOS-PAS](#)

[Atividade 5 - APOIO TÉCNICO NO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS](#)

[Atividade 6 - APOIO TÉCNICO NA ANÁLISE DE PRESTAÇÕES DE CONTAS](#)

[Atividade 7 - APOIO TÉCNICO NA GESTÃO DE CONTRATOS DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS](#)

[Atividade 8 - APOIO TÉCNICO NA ATUALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS PARA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO](#)

[Atividade 9 - APOIO TÉCNICO NA ATUALIZAÇÃO DE MANUAIS E PROCEDIMENTOS](#)

[Atividade 10 - APOIO TÉCNICO NA ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS DE RECEBIMENTOS DE OBRAS](#)

[Atividade 11 - APOIO TÉCNICO NA ANÁLISE E CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS REFERENTES À OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA RODOVIA](#)

[Atividade 12 - APOIO TÉCNICO PARA ANÁLISE DE APÓLICES DE SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS](#)

[Atividade 13 - APOIO TÉCNICO PARA ANÁLISE DE RECEITA EXTRAORDINÁRIA AUFERIDA, REGULARIDADE FISCAL/TRIBUTÁRIA/CONTRATUAL E ECONÔMICA](#)

[Atividade 14 - APOIO TÉCNICO PARA ELABORAÇÃO DE ANÁLISES ECONÔMICAS FINANCEIRAS ESTRATÉGICAS SETORIAIS](#)

[Atividade 15 - APOIO TÉCNICO PARA ANÁLISE DE FINANCIAMENTOS, EMISSÃO DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS E AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS DE ADMINISTRADORAS DE MEIOS DE PAGAMENTOS PARA ARRECADAÇÃO ELETRÔNICA DE PEDÁGIO](#)

[Atividade 16 - APOIO TÉCNICO PARA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO - RDT](#)

[IV - DESPESAS DE VIAGENS](#)

[V. FORMATO DOS RELATÓRIOS](#)

[VI. COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS](#)

[VII. EQUIPE TÉCNICA MOBILIZADA](#)

[OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE](#)

[OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA](#)

[DA SUBCONTRATAÇÃO](#)

[ALTERAÇÃO SUBJETIVA](#)

[CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO](#)

[CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO \(RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO\)](#)

[PAGAMENTO](#)

[CONTA-DEPÓSITO VINCULADA](#)

[REPACTUAÇÃO](#)

[GARANTIA DA EXECUÇÃO](#)

[SANÇÕES ADMINISTRATIVAS](#)

[CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR](#)

[ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS](#)

[RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS](#)

[VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO](#)

**1. INTRODUÇÃO**

1.1. Este documento tem por objetivo especificar os serviços que serão contratados, orientar a execução contratual bem como a respectiva fiscalização por parte da ANTT.

1.2. São ainda apresentados os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo do serviço a ser contratado

**2. OBJETO**

2.1. Contratação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária, nos termos do Anexo I da [Resolução ANTT nº 5.888/2020](#), da [Deliberação ANTT nº 270/2020](#) e da [Portaria SUOD nº 232/2021](#), na sede da ANTT, em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

2.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.

2.3. Nos termos do art. 57, inciso II, da [Lei nº 8.666/1993](#), a presente contratação trata de serviço continuado.

2.4. Nos termos do art. 17 da [Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017](#), a presente contratação trata de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra por posto de trabalho.

2.5. Excepcionalmente, durante a pandemia do coronavírus (COVID-19), a forma de execução poderá ser realizada em regime de trabalho remoto, sem necessidade de comparecimento à repartição, resguardada a correta prestação dos serviços.

2.6. A adoção do regime de teletrabalho será notificada pela CONTRATADA ao profissional, por meio escrito ou eletrônico, com antecedência de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas.

2.7. A execução das atividades em regime de teletrabalho, excepcional e temporário, será definida entre a CONTRATADA e seus empregados e não implicará em qualquer custo adicional para a CONTRATANTE.

2.8. A execução das atividades em regime de teletrabalho, excepcional e temporário, não poderá ser realizada nas dependências da CONTRATADA.

2.9. A presente contratação adotará como regime de execução por EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, uma vez que o regime é útil pois comporta a modulação na execução e reduzirá as dificuldades em caso de variações e quantitativos, especialmente os acionados por demanda, ao longo da contratação.

2.10. Não serão aceitos valores unitários por itens maiores que os valores de referência da administração.

2.11. O prazo de vigência do contrato é de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no art. 57, II, da [Lei nº 8.666/1993](#).

2.12. A referida prestação de serviços deverá observar as disposições contidas na [Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017](#), bem como, tanto quanto cabível, a [Resolução da ANTT nº 5.083/2016](#), e todas as Normas Técnicas vigentes, em especial àquelas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e as expedidas pela ANTT, que forem pertinentes à realização o objeto desta contratação.

2.13. A Contratação se dará por lote único para que se possa preservar a integridade qualitativa, quantitativa e econômica do objeto.

2.14. O objeto foi delimitado em lote único em função das atividades desenvolvidas no âmbito da SUOD serem interdependentes, como por exemplo: A atividade 8 – Apoio Técnico na Gestão de Contrato de Concessões Rodoviárias, se refere às atividades desenvolvidas de forma complementar entre a Gerência de Fiscalização e Investimentos de Rodovias e a Gerência de Gestão Econômica Financeira de Rodovias, que gerem e consolidam os atos administrativos do contrato de concessão por meio da Revisão Tarifária.

2.15. Apresentamos também despesas eventuais nas atividades (despesas eventuais), como deslocamentos e diárias, que servem exclusivamente para que se permita eventuais verificações *in loco*, para o desenvolvimento das análises e estudos técnicos dispostos nas atividades 5, 6, 7, 10, 11 e 16, deste Termo de Referência.

2.16. Por outra perspectiva, a contratação em lote único centraliza, aprimora e otimiza as estruturas administrativas e gerenciais da equipe de apoio técnico bem como da coordenação geral das atividades, convertendo-se em eficiência operacional e econômica da contratação.

2.17. Dessa maneira, está demonstrado que o parcelamento do objeto implicará em prejuízo técnico e gerencial do objeto.

2.18. Os quantitativos foram definidos com base no histórico das ações realizadas no âmbito da SUOD e suas Gerências Temáticas nos últimos anos, assim, como a avaliação das melhores técnicas utilizadas para o desenvolvimento de serviços semelhantes nos demais órgãos. Além disso, também foram consideradas as expectativas de demandas que advirão relativas à expansão do programa de concessões estabelecidos pelo Ministério da Infraestrutura/Superintendência de Concessões - SUCON/ANTT, sopesando com os limites orçamentários apresentados.

**3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

3.1. Atualmente, conforme verifica-se do site <https://portal.antt.gov.br/concessionarias>, a ANTT administra 22 (vinte e dois) contratos de concessão de rodovias federais, totalizando aproximadamente 10.134 km de extensão de rodovias concedidas, conforme indicado no quadro abaixo.

| ITEM | PROCROFE | CONTRATO CONCESSÃO | CONCESSIONÁRIAS   | DATAS MARCO         |                  |                | PRAZO   | SISTEMA RODOVIÁRIO | EXTENSÃO  |
|------|----------|--------------------|---|---------------------|------------------|----------------|---------|--------------------|-----------|
|      |          |                    |   | ASSINATURA CONTRATO | INÍCIO CONCESSÃO | INÍCIO PEDÁGIO |         |                    |           |
| 1    | 1ª Etapa | PG-137/95-00       | Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (NOVADUTRA)   | 31/10/1995          | 01/03/1996       | 01/08/1996     | 25 anos | BR-116/RJ/SP       | 402,00 km |
| 2    | 1ª Etapa | PG-138/95-00       | Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio (CONCER) | 31/10/1995          | 01/03/1996       | 20/08/1996     | 25 anos | BR-040/MG/RJ       | 179,90 km |
| 3    | 1ª Etapa | PG-156/95-00       | Concessionária Rio - Teresópolis S.A. (CRT)                   | 22/11/1995          | 22/03/1996       | 02/09/1996     | 25 anos | BR-116/RJ          | 142,50 km |

|    |                        |                                    |   |            |            |            |            |                                |                |
|----|------------------------|------------------------------------|---|------------|------------|------------|------------|--------------------------------|----------------|
| 4  | 1ª Etapa               | 013/00-MT<br>(PJ/CD/215/98)        | Empresa<br>Concessionária de<br>Rodovias do Sul S.A.<br>(ECOSUL)                | 15/07/1998 | 24/07/1998 | 04/03/2001 | 25<br>anos | BR-116/RS e BR-392/RS          | 457,30 km      |
| 5  | 2ª Etapa -<br>Fase I   | Edital<br>nº006/2007               | Concessionária<br>Autopista Planalto<br>Sul S.A. (PLANALTO<br>SUL)              | 14/02/2008 | 18/02/2008 | 19/12/2008 | 25<br>anos | BR-116/PR e BR-116/SC          | 412,70 km      |
| 6  | 2ª Etapa -<br>Fase I   | Edital<br>nº003/2007               | Concessionária<br>Autopista Litoral Sul<br>S.A. (LITORAL SUL)                   | 14/02/2008 | 18/02/2008 | 22/02/2009 | 25<br>anos | BR-116/376/PR e BR-<br>101/SC  | 405,90 km      |
| 7  | 2ª Etapa -<br>Fase I   | Edital<br>nº001/2007               | Concessionária<br>Autopista Régis<br>Bittencourt S.A.<br>(RÉGIS<br>BITTENCOURT) | 14/02/2008 | 18/02/2008 | 19/12/2008 | 25<br>anos | BR-116/SP/PR                   | 401,60 km      |
| 8  | 2ª Etapa -<br>Fase I   | Edital<br>nº002/2007               | Concessionária<br>Autopista Fernão<br>Dias S.A. (FERNÃO<br>DIAS)                | 14/02/2008 | 18/02/2008 | 19/12/2008 | 25<br>anos | BR-381/MG/SP                   | 562,10 km      |
| 9  | 2ª Etapa -<br>Fase I   | Edital<br>nº004/2007               | Concessionária<br>Autopista<br>Fluminense S.A.<br>(FLUMINENSE)                  | 14/02/2008 | 18/02/2008 | 02/02/2009 | 25<br>anos | BR-101/RJ                      | 320,10 km      |
| 10 | 2ª Etapa -<br>Fase I   | Edital<br>nº005/2007               | Transbrasiliana<br>Concessionária de<br>Rodovias S.A.<br>(TRANSBRASILIANA)      | 14/02/2008 | 18/02/2008 | 18/12/2008 | 25<br>anos | BR-153/SP                      | 321,60 km      |
| 11 | 2ª Etapa -<br>Fase I   | Edital<br>nº007/2007               | Concessionária<br>Rodovia do Aço S.A.<br>(RODOVIA DO AÇO)                       | 26/03/2008 | 28/03/2008 | 05/03/2009 | 25<br>anos | BR-393/RJ                      | 200,40 km      |
| 12 | 2ª Etapa -<br>Fase II  | Edital<br>nº001/2008               | Viabahia<br>Concessionária de<br>Rodovia S.A.<br>(VIABAHIA)                     | 03/09/2009 | 20/10/2009 | 07/12/2010 | 25<br>anos | BR-116/324/BA e BA-<br>526/528 | 680,60 km      |
| 13 | 3ª Etapa -<br>Fase II  | Edital<br>nº001/2011               | ECO101<br>Concessionária de<br>Rodovias S.A.<br>(ECO101)                        | 17/04/2013 | 10/05/2013 | 18/05/2014 | 25<br>anos | BR-101/ES/BA                   | 475,90 km      |
| 14 | 3ª Etapa -<br>Fase III | Edital<br>nº001/2013               | ECO050 –<br>Concessionária de<br>Rodovias S.A.<br>(ECO050)                      | 05/12/2013 | 08/01/2014 | 12/04/2015 | 30<br>anos | BR-050/GO/MG                   | 436,60 km      |
| 15 | 3ª Etapa -<br>Fase III | Edital<br>nº004/2013               | Concessionária das<br>Rodovias Centrais do<br>Brasil S.A.<br>(CONCEBRA)         | 31/01/2014 | 05/03/2014 | 27/06/2015 | 30<br>anos | BR-<br>060/153/262/DF/GO/MG    | 1.176,50<br>km |
| 16 | 3ª Etapa -<br>Fase III | Edital<br>nº003/2013               | Concessionária Rota<br>do Oeste S.A. (CRO)                                      | 12/03/2014 | 21/03/2014 | 06/09/2015 | 30<br>anos | BR-163/MT e MT-407             | 850,90 km      |
| 17 | 3ª Etapa -<br>Fase III | Edital<br>nº005/2013               | Concessionária de<br>Rodovia Sul-<br>Matogrossense S.A.<br>(MSVIA)              | 12/03/2014 | 11/04/2014 | 14/09/2015 | 30<br>anos | BR-163/MS                      | 847,20 km      |
| 18 | 3ª Etapa -<br>Fase I   | Edital<br>nº006/2013               | Concessionária BR<br>040 S.A. (VIA040)  | 12/03/2014 | 22/04/2014 | 30/07/2015 | 30<br>anos | BR-040/DF/GO/MG                | 936,80 km      |
| 19 | 3ª Etapa -<br>Fase IV  | Edital<br>nº001/2015               | Concessionária<br>Ponte Rio-Niterói<br>S.A. (ECOPONTE)                          | 18/05/2015 | 01/06/2015 | 01/06/2015 | 30<br>anos | BR-101/RJ                      | 13,20 km       |
| 20 | 4ª Etapa               | 001/2019<br>(Edital<br>nº001/2018) | Concessionária das<br>Rodovias Integradas<br>do Sul S.A. (VIASUL)               | 11/01/2019 | 15/02/2019 | 15/02/2019 | 30<br>anos | BR-101/290/386/448/RS          | 473,40 km      |
| 21 | 4ª Etapa               | Edital<br>nº01/2019                | Concessionária<br>Ecovias do Cerrado<br>S.A. (ECOVIAS<br>CERRADO)               | 19/12/2019 | 20/01/2020 | 14/11/2020 | 30<br>anos | BR-364/365/MG/GO               | 437,00 km      |

|                       |          |                  |   |            |            |            |         |           |                     |
|-----------------------|----------|------------------|---|------------|------------|------------|---------|-----------|---------------------|
| 22                    | 4ª Etapa | Edital nº02/2019 | Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. (VIACOSTEIRA) | 06/07/2020 | 07/08/2020 | 02/05/2021 | 30 anos | BR-101/SC | 220,42 km           |
| <b>EXTENSÃO TOTAL</b> |          |                  |   |            |            |            |         |           | <b>10.354,62 km</b> |

3.2. Além disso, de acordo com o site <https://portal.antt.gov.br/novos-projetos-em-rodovias>, estão sendo estudados 12 (doze) projetos de concessão de rodovias, que totalizam mais de 17.000 km de rodovias.

| ITEM         | SISTEMA RODOVIÁRIO   | EXTENSÃO            |
|--------------|--|---------------------|
| 1            | BR-153/414/080/TO/GO   | 850,70 km           |
| 2            | BR-163/230/MT/PA   | 1.009,52 km         |
| 3            | BR-381/262/MG/ES   | 686,10 km           |
| 4            | BR-116/101/SP/RJ   | 598,50 km           |
| 5            | BR-116/465/493/RJ/MG   | 726,90 km           |
| 6            | Rodovias Integradas Do Paraná  | 3.327,67 km         |
| 7            | BR-040/495/MG/RJ   | 443,00 km           |
| 8            | Contratação BNDES<br>Área de atuação: AL, BA,CE,DF,GO,MT,MG,PB,PE,RN,RS,RO,SC,SE | 6.594,00 km         |
| 9            | BR-040 (DF/GO/MG)  | 709,70 km           |
| 10           | BR-158/155/MT/PA   | 1.135,10 km         |
| 11           | BR-135/316/MA  | 437,80 km           |
| 12           | BR-163/MS  | 845,90 km           |
| <b>TOTAL</b> |  | <b>17.364,89 km</b> |

3.3. Destaca-se que já foi realizado o leilão da concessão da BR-153/414/080/TO/GO, conforme noticiado no site <https://portal.antt.gov.br/br-153-414-080-to-go>, e sendo assim, nos próximos meses, este novo ativo passará a compor a carteira de concessões da ANTT.

3.4. Nota-se assim, além da grande malha viária abrangida atualmente, a intenção do Governo Federal de franca expansão da atividade, sendo que os serviços a serem contratados incidirão sobre os trechos das rodovias federais sob a responsabilidade atual da ANTT, bem como os trechos de concessão que forem eventualmente contratados em data posterior ao início do presente contrato administrativo.

3.5. Além das atividades regulares de gestão dos contratos de concessão, prestação de informações por demandas dos órgãos externos à ANTT que afetam a SUOD e suas gerências GEFIR, GEGEF e GERER, temos também diversos processos judiciais e arbitrais em andamento no âmbito da SUOD, que envolvem valores vultosos e que necessitam de apoio na análise da área técnica da SUOD. No quadro abaixo, estão relacionados os procedimentos arbitrais que temos conhecimento.

| ITEM | CONCESSIONÁRIA   | CÂMARA DE ARBITRAGEM  | PROCEDIMENTO ARBITRAL |
|------|--|---|-----------------------|
| 1    | Concessionária de Rodovias Galvão BR-153 SPE S.A. (GALVÃO)     | Câmara de Comércio Internacional                                    | 23433                 |
| 2    | Concessionária de Rodovias Minas Gerais - Goiás S.A. (ECO050)  | Câmara de Comércio Internacional                                    | 23238                 |
| 3    | Concessionária BR 040 S.A. (VIA040)                            | Câmara de Comércio Internacional                                    | 23932                 |
| 4    | Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. (CONCEBRA) | Câmara de Comércio Internacional                                    | 24595                 |
| 5    | Viabahia Concessionária de Rodovia S.A. (VIABAHIA)             | Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá | 64/2019/SEC7          |
| 6    | Concessionária Rota do Oeste S.A. (CRO)                        | Câmara de Comércio Internacional                                    | 23960                 |
| 7    | Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (MSVIA)       | Câmara de Comércio Internacional                                    | 24597                 |

3.6. Estabelece a Deliberação ANTT nº 270/2020 que a SUOD está dividida em quatro gerências temáticas, quais sejam: Gerência de Engenharia e Meio Ambiente de Rodovias – GEENG, Gerência de Fiscalização e Investimentos de Rodovias - GEFIR, Gerência de Gestão Econômica Financeira - GEGEF e Gerência de Regulação Rodoviária - GERER, possuindo ainda um assessoramento técnico de apoio no âmbito da SUOD:

3.7. Como a GEENG está fase de contratação em processo específico para utilização de mão de obra exclusiva, este termo de referência se refere apenas a assessoria técnica da SUOD e as demais gerências GEFIR, GERER e GEGEF.

3.8. De acordo com o Regimento Interno da ANTT, constante da Resolução ANTT nº 5.888/2020, são competências da SUOD:

- I - propor a regulamentação sobre a infraestrutura rodoviária federal concedida;
- II - fiscalizar as condições da infraestrutura rodoviária federal concedida;
- III - fiscalizar a execução dos contratos de concessão rodoviária;

- IV - propor a autorização dos programas de investimentos e fiscalizar sua execução;
- V - definir o nível de serviço da infraestrutura das concessões rodoviárias;
- VI - propor a regulamentação e autorização do uso das faixas de domínio;
- VII - harmonizar interesses entre os concessionários, os usuários da infraestrutura e as populações lindeiras;
- VIII - fiscalizar a arrecadação de tarifas de pedágios e receitas complementares na infraestrutura outorgada;
- IX - organizar o atendimento aos usuários da infraestrutura rodoviária federal concedida;
- X - acompanhar as inovações tecnológicas e sugerir políticas que aprimorem a prestação dos serviços;
- XI - articular com governos e entidades governamentais no âmbito da execução das atividades de exploração de infraestrutura rodoviária federal concedida;
- XII - propor à direção da ANTT regulamentações específicas que propiciem o desenvolvimento dos serviços e o melhor atendimento das necessidades de movimentação de bens e pessoas na infraestrutura rodoviária federal concedida;
- XIII - elaborar e submeter à Diretoria Colegiada as propostas de reajuste e revisão de tarifas da exploração das concessões rodoviárias federais;
- XIV - acompanhar o desempenho econômico e financeiro do setor de transportes terrestres no âmbito de suas competências, assegurando o cumprimento das normas e dos instrumentos de outorga, fiscalizando as cláusulas econômico-financeiras das outorgas e aplicando as devidas penalidades;
- XV - apoiar as autoridades competentes nas questões relativas à exploração de infraestruturas rodoviárias, no âmbito do transporte internacional;
- XVI - aprovar e acompanhar a implantação dos projetos de infraestrutura de transporte rodoviário, bem como realizar o acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental; e
- XVII - analisar e avaliar as propostas de ações que impliquem ou possam resultar em reestruturações societárias, transferências de controle acionário, alienações e extinções de outorgas, no que couber, comunicando ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica fatos que configurem ou possam configurar infração à ordem econômica.

3.9. No desempenho de suas atividades, a Superintendência de Infraestrutura Rodoviária tem o apoio da Gerência de Gestão Econômico-Financeira de Rodovias - GEFEF, a Gerência de Fiscalização e Investimentos de Rodovias - GEFIR, a Gerência de Engenharia e Meio Ambiente de Rodovias - GEENG e a Gerência de Regulação Rodoviária - GERER.

3.10. A competência VI e XVI se refere a atividades típicas da GEENG, que serão atendidas por contratação específica, em elaboração. As demais competências são inerentes às atividades realizadas no âmbito da assessoria técnica da SUOD e as demais gerências.

3.11. Nessa esteira, trazemos a seguir o quantitativo de atividades que foram realizados pelas GEFIR, GEFEF e GERER durante de 2020, considerando os dados extraídos do sistema de estatística do SEI das três unidades organizacionais. Verifica-se a grande quantidade de documentos e processos que são geridos por essas três unidades organizacionais, demonstrando o volume de demandas que são tratados no âmbito das Gerências temáticas da SUOD objeto dessa contratação.

| Documentos no SEI no ano de 2020 (unidades) |                   |                      |             |                 |             |              |            |                  |
|---|-------------------|----------------------|-------------|-----------------|-------------|--------------|------------|------------------|
| Gerências                                   | Processos gerados | Processos Tramitados | Ofício      | Ofício Circular | Despacho    | Nota Técnica | Parecer    | Nota Informativa |
| GEFIR                                       | 1724              | 6637                 | 1728        | 33              | 3291        | 113          | 430        | -                |
| GEFEF                                       | 203               | 1302                 | 133         | 9               | 253         | 120          | -          | -                |
| GERER                                       | 30                | 474                  | 9           | 5               | 195         | 4            | -          | 97               |
| <b>Total</b>                                | <b>1957</b>       | <b>8413</b>          | <b>1870</b> | <b>47</b>       | <b>3739</b> | <b>237</b>   | <b>430</b> | <b>97</b>        |

3.12. Ademais, temos que também não só a alta carga de trabalho, mas também a pequena quantidade de servidores efetivos lotados na Assessoria Técnica da SUOD e na GEFIR, GEFEF e GERER também corrobora a necessidade da contratação, a qual conta atualmente com 30 (trinta) servidores distribuídos entre suas unidades organizacionais.

3.13. Assim, propõe-se a contratação de empresa técnica especializada para servir como força de trabalho auxiliar, com vistas a apoiar a realização das atividades inerentes às atribuições dessas unidades organizacionais da SUOD, conforme dispõe a Resolução ANTT nº 5.888/2020, Deliberação ANTT nº 270/2020 e Portaria SUOD nº 86/2020, devendo tais serviços serem prestados de maneira continuada, haja vista sua perene necessidade e os relevantes impactos para a ANTT, em decorrência de sua eventual indisponibilidade.

3.14. Reforça-se o entendimento que a natureza do serviço a ser prestado pela mão de obra terceirizada objeto da presente proposta de contratação obedece aos princípios e diretrizes do § 1º do art. 3º do Decreto nº 9.507/2018, aplicável a toda a Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e sociedades de economia mista, em que explicita que somente poderão ser objeto de execução indireta *“Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado”*.

3.15. As atividades que serão desempenhadas pelos futuros contratados tratam-se de atividades de caráter auxiliar, instrumental e acessória para auxiliar os servidores da ANTT em seu processo de tomada de decisão nas atividades de sua competência, inclusive não se enquadrando em nenhuma das hipóteses proibidas no art. 3º do Decreto nº 9.507/2018.

3.16. Nessa esteira, resta claro que as atividades relacionadas ao serviço a ser contratado não importam em tomada de decisão tampouco fiscalização e regulação, as quais são atividades realizadas exclusivamente por Especialistas em Regulação e Técnicos em regulação, servidores do quadro de pessoal da ANTT, sendo a mão de obra terceirizada apenas apoio técnico que realizam atividades auxiliares ao corpo de servidores públicos da SUOD no cumprimento de suas obrigações institucionais.

- Atividades subsidiárias ou auxiliares na elaboração, revisão e acompanhamento de indicadores de desempenho da SUOD e suas gerências;
- Atividades subsidiárias ou auxiliares na elaboração e acompanhamento dos projetos previstos no âmbito da SUOD presentes na agenda regulatória da ANTT e atividades de regulação do mercado de concessão de rodovias;
- Atividades subsidiárias ou auxiliares na prospecção de informações e elaboração de respostas e questionamentos da ouvidoria, Diretoria, Ministério Público, Justiça, Ministério supervisor, Tribunal Arbitral e órgãos de controle externo e interno em que a SUOD está jurisdicionada;
- Atividades subsidiárias ou auxiliares para a instrução e acompanhamento dos Processos Administrativos Simplificados em andamento no âmbito da SUOD;
- Atividades subsidiárias ou auxiliares para análise na prestação de contas de recursos destinados à remoção de interferências no âmbito dos contratos de concessão, de recursos destinados à educação e segurando no trânsito, dentre outras verbas previstas nos contratos de concessão.
- Atividades subsidiárias ou auxiliares na gestão de contratos de concessão rodoviárias, inclusive sob o aspecto econômico financeiro;
- Atividades subsidiárias ou auxiliares nas atividades de fiscalização econômica financeira do contrato de concessão (financiamentos, emissão de títulos imobiliários, emissão de títulos mobiliários, dentre outros);
- Atividades subsidiárias na análise da aplicação dos Recursos de Desenvolvimento Tecnológico – RDT;
- Atividades subsidiárias ou auxiliares nas ações de regulação do setor de rodovias;
- Demais atividades subsidiárias ou auxiliares que abarcam as atividades da SUOD, GEFIR, GEFEF e GERER.

3.17. Pelo exposto, torna-se evidente que os serviços em questão são essenciais para o desenvolvimento das atividades atribuídas da SUOD e suas respectivas Gerências, e que a interrupção dos mesmos comprometeria a continuidade das atividades conferidas a esta Agência pela [Lei nº 10.233/2001](#) e [Decreto nº 4.130/2002](#), incorrendo em grave impacto na execução dos contratos das rodovias federais concedidas.

3.18. A demanda ainda é mais premente, tendo em vista que o Contrato Administrativo nº 14/2020 decorrente do Pregão Eletrônico nº 02/2020 (50500.308176/2019-62), terá seu termo em meados do último trimestre do ano de 2021, sabendo-se que o desprovimento de uma equipe de suporte, a agir em caráter subsidiário para o atendimento das demandas regimentais daSUOD, GEFIR, GEGEF e GERER, impactará na descontinuidade da gestão dos contratos de concessão de rodovias do PROCROFE.

3.19. Ressaltamos que a proposta de contratação buscou meios de redução do orçamento e qualificação da equipe, considerando que os custos com a infraestrutura serão fornecidos pela ANTT.

3.20. Finalmente, salienta-se que a justificativa e objetivo da contratação também está pormenorizada em tópico específico dos Estudos Preliminares incluídos no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

#### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. A solução proposta está minudenciada no Estudo Técnico Preliminar nº 043/2021 (SEI nº 8694778) e consiste na contratação de profissionais para o apoio técnico especializado em engenharia consultiva, para atuação subsidiária aos servidores lotados na assessoria da SUOD, GEFIR, GEGEF e GERER.

#### 5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, continuado e com dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do [Decreto nº 9.507/2018](#), não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

5.2.1. Os serviços objeto desta contratação consistem em serviços acessórios, consistindo de atividades auxiliares aos servidores lotados na SUOD, e suas gerências temáticas GEFIR, GEGEF e GERER.

5.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- Serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária.

6.2. Os requisitos e obrigações necessários para o atendimento da contratação, inclusive as práticas de sustentabilidade ambiental, estão previstos neste Termo de Referência.

6.3. Abaixo, estão elencadas as principais características da presente contratação:

- As prestações de serviços serão executadas de forma contínua, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993;
- A duração do contrato ocorrerá por 30 (trinta) meses, autorizada uma prorrogação por até 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993;
- O regime de execução será do tipo empreitada por preço unitário, nos termos do art. 10, inciso II, alínea b, da Lei nº 8.666/1993;
- A preenchimento dos postos de trabalho por profissionais com formação acadêmica e experiência profissional compatível com o Termo de Referência, contratados sob o regime da [Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT](#).

6.4. Salienta-se que poderá haver necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas conforme descrito neste Termo de Referência.

6.5. O enquadramento das categorias profissionais a serem empregadas no serviço ocorrerá dentro da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, visto que há disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, consta do Anexo V deste Termo de Referência.

6.6. Ainda, destacamos que será previsto a necessidade de declaração expressa do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

6.7. Finalmente, ao longo da presente contratação poderão ocorrer deslocamentos para vistorias “in loco”, cujas solicitações ocorrerão mediante demanda da ANTT, sendo que a estimativa para fins de orçamento, que traz o detalhamento dos valores para tanto alocados, alcançou os seguintes quantitativos anuais:

| ITEM | DESCRIÇÃO                | QUANTIDADE<br>12 MESES | QUANTIDADE 30 MESES |
|------|--------------------------|------------------------|---------------------|
| 1    | Deslocamentos aéreos     | 36                     | 90                  |
| 2    | Deslocamentos terrestres | 2                      | 5                   |
| 3    | Diárias                  | 72                     | 190                 |

#### 7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

Face a especificidade do objeto, não haverá necessidade de vistoria.

7.1. Todavia caso a CONTRATADA tenha interesse em realizá-la, deverá solicitar o seu agendamento, até 5 (cinco) dias antes da data de abertura das propostas, por meio dos telefones (61) 3410-1771 e (61) 3410-1711 ou, via correio eletrônico, a ser enviado ao seguinte endereço

eletrônico: [surod@antt.gov.br](mailto:surod@antt.gov.br).

7.2. Salienta-se que os Contratos de Concessão e respectivos Programas de Exploração das Rodovias - PER, que contêm, dentre vários aspectos, as diretrizes das atividades no trecho concedido e os Parâmetros de Desempenho exigidos estão disponibilizados no site <https://portal.antt.gov.br/rodovias>, bem como os regulamentos da ANTT estão disponibilizados no site <https://anttleis.antt.gov.br/>.

## 8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. As Atividades detalhadas neste Termo de Referência expressam os serviços acessórios e complementares de apoio técnico, prestados junto aos servidores da ANTT, conforme já descrito neste Termo de Referência, deverão sempre buscar as melhores práticas, inclusive em âmbito internacional, de forma a promover a constante evolução da qualidade dos serviços executados.

8.2. Dessa maneira, a Contratada receberá por meio da fiscalização a distribuição dos trabalhos que deverá executar, ao longo do período, devendo executá-las seguindo os normativos técnicos e legais em vigência, materializando suas atividades por meio de relatórios técnicos que integrarão, dentre outras informações, os relatórios mensais e trimestrais, que serão entregues para efeito de medição e pagamento.

8.3. Os relatórios mensais ou trimestrais deverão conter registro de todos trabalhos executados pela equipe alocada no período, contemplando informações que permitam à fiscalização a avaliação analítica da produtividade planejado/demandado pela SUROD e respectivas gerências.

8.4. Em cada relatório mensal ou trimestral, em capítulo próprio, deverá ser informado o número de demandas registradas no período, considerando: a entrada, situação da análise e finalização, sendo esta etapa vinculadas ao aceite pelo servidor que acompanhou o resultado de cada um dos estudos demandados.

8.5. Também nos relatórios mensais ou trimestrais deverá ser informado o percentual de atendimento e o eventual desvio de produtividade, para que a fiscalização possa avaliar a aferição da nota mensal da eficiência da Contratada, considerando o disposto no Anexo III – Instrumento de Medição do Resultado – IMR.

8.6. Os relatórios técnicos (de análise, de estudos ou de pesquisas), bem como as demais atividades desempenhadas pela equipe mobilizada, constituem o registro das atividades desenvolvidas pela equipe mobilizada e deverão integrar o relatório mensal ou trimestral de atividades.

8.7. As atividades se darão em atendimento às demandas da assessoria técnica da SUROD, GEFIR, GEGEF e GERER e serão distribuídas conforme definido pela fiscalização, com indicação de prazo de atendimento quando couber.

8.8. 7.8. Todos os documentos produzidos na realização dos serviços contratados e todas as correspondências relativas aos serviços deverão ser entregues oficialmente à ANTT, em conformidade com o cronograma físico financeiro.

8.9. Os documentos, sejam quais forem, deverão ser entregues à ANTT, por meio de protocolo no Sistema Eletrônico de Informações SEI/ANTT.

8.10. No presente certame, devido conflito de interesse, não será permitida a contratação de pessoas jurídicas que detenham contrato em vigor ou estejam prestando serviços afetos ao objeto descrito neste Termo de Referência, às concessionárias de rodovias sob a jurisdição da ANTT.

8.11. Todos os documentos produzidos no âmbito do contrato, bem como correspondências serão entregues, obrigatoriamente por meio do SEI pela Contratada ao Fiscal do Contrato a ser designado pela ANTT.

8.12. Para o atendimento do disposto nos itens 7.7 e 7.8, tão logo assine o contrato, a contratada deverá providenciar o seu credenciamento e acesso ao SEI/ANTT.

8.13. Para que haja a maior competitividade na presente contratação, será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio (nos termos do art. 33 da Lei 8.666/93). No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, a qual será considerada pelo contratante a responsável pela execução dos serviços contratados. Cada empresa integrante do consórcio deverá apresentar habilitação técnica suficiente para execução de pelo menos um dos grupos de serviços a serem contratadas.

8.14. A empresa estrangeira deverá atender a [Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009](#), do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA.

8.15. Não será permitida a participação de empresa estrangeira que não possua o Decreto de Autorização para funcionamento no Brasil e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.16. Na presente contratação não se aplicará a “Exclusividade/Benefício ME/EPP (Art. 48, Lei Complementar nº 123/2006)”, uma vez que o valor estimado é superior ao limite anual de faturamento para sociedades com tais regimes, além do que, face a natureza dos serviços, iminentemente intelectuais, não convém obrigar aos licitantes a subcontratação de Microempresas ou de Empresas de Pequeno Porte no montante de até 30% do total licitado, bem como estabelecer cota de até 25% do objeto para contratação das mesmas.

## 9. CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS CONTRATADOS, SUA COORDENAÇÃO E EQUIPE TÉCNICA

### I. Diretrizes gerais

9.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência contemplam o apoio ao desenvolvimento das atividades de competência da assessoria técnica da SUROD e das gerências GEFIR, GEGEF e GERER, devendo observar no mínimo:

- A verificação quanto ao atendimento às normas e padrões técnicos correspondentes, identificando inclusive as que não forem eventualmente atendidas;
- às diretrizes e definições estabelecidas nos contratos de concessão, seus anexos e regulamentos da ANTT.

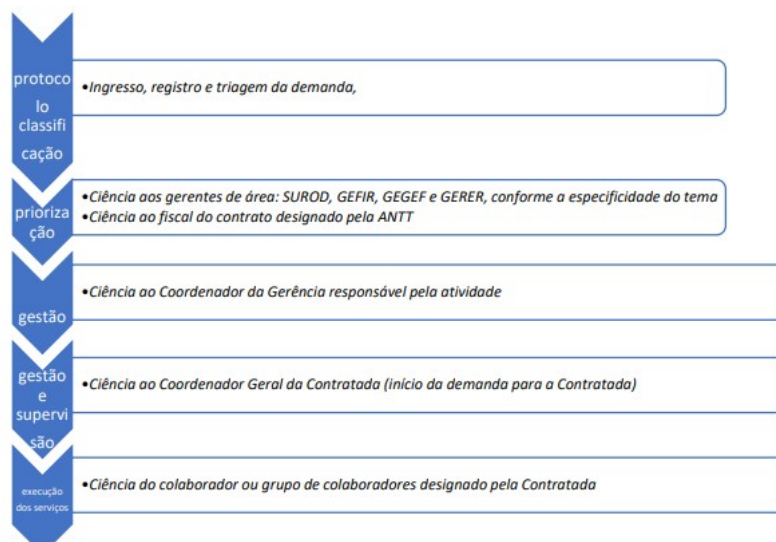
9.2. Outro aspecto deve ser destacado sobre a natureza das atividades objeto do presente termo de referência. As atividades propostas se referem às atividades técnicas de regulação, gestão e fiscalização de contratos de concessão de rodovias realizada na SUROD. A natureza dessas atividades apresenta um entrelaçamento característico entre os conceitos técnicos da ciência da engenharia rodoviária e os princípios jurídicos e econômico-financeiros relacionados aos contratos de concessão.

9.3. Em linhas gerais, as atividades realizadas pelas Gerências temáticas da SUROD ( GEFIR, GEGEF e GERER) decorrem de tarefas necessárias para a gestão dos contratos de concessão e da necessária regulação desses contratos por meio da aplicação dos normativos vigentes na área rodoviária da ANTT, sendo que ambos estão lastreados de robustos conceitos técnicos inerentes à engenharia rodoviária apoiados subsidiariamente aos princípios jurídicos relacionados aos regimentos jurídicos de contratos administrativos na figura de uma concessão bem como à necessária relação econômico- financeira de um projeto deste porte.

9.4. Nessa esteira, considerando que as atividades apresentam maior predominância e proximidade dos conceitos e definições relacionadas à Engenharia rodoviária, apoiados subsidiariamente aos princípios jurídicos e econômico-financeiro relacionados aos regimentos de contratos administrativos, entendemos que todos as atividades propostas devam ser classificadas na esfera de engenharia consultiva

### II. Diretrizes para o desenvolvimento das atividades contratadas

- 9.5. As análises deverão ser realizadas segundo as diretrizes e procedimentos definidos pelos normativos da SUROD/ANTT, que impactem nas atividades decorrentes do objeto do presente termo de referência, ou outros que vierem sucedê-los, que envolvem entre outras, a Resolução ANTT nº 1.187 de 2005, Resolução ANTT nº 4.071 de 2013, Resolução ANTT nº 5.083 de 2016, Portaria SUROD nº 068/2019, demais portarias que trazem diretrizes as atividades das respectivas gerências, bem como os Manuais de fiscalização vigentes e suas eventuais atualizações.
- 9.6. Deverá ser emitido relatório técnico para cada atividade executada nos termos de modelo especificado pela ANTT, considerando a especificidade da respectiva tarefa demandada para cada uma das atividades, considerando que para a aferição da produtividade, as tarefas previstas no Anexo III – Instrumento de Medição de Resultado, deste Termo de referência, deverão, salvo situações excepcionais, deverão ser executados nos prazos ali estabelecidos.
- 9.7. O referido modelo de relatório técnico será apresentado junto à Ordem de Serviços.
- 9.8. A Contratada deverá manter alocada integralmente a equipe técnica mobilizada relacionada neste Termo de Referência de forma que as atividades a serem produzidas contenham todos os elementos e análises aqui descritos e especialmente de forma a atender os prazos de análises planejados/demandados pela ANTT.
- 9.9. Os relatórios mensais ou trimestrais apresentarão o desenvolvimento de serviços que compõem as demandas por apoio técnico, materializando, de forma consolidada as atividades desenvolvidas no período, de modo que não haja perdas ou atrasos que impactem negativamente a gestão dos contratos de concessão, devendo a Contratada, zelar constantemente pela eficiência dos processos, pela produtividade.
- 9.10. O fluxo de trabalho esperado é o seguinte:



- 9.11. Como condição para a emissão da Ordem de Serviço inicial do Contrato, que também será a Ordem de Serviço para a mobilização da equipe técnica relacionada neste Termo de Referência, a CONTRATADA deverá apresentar, pelo menos, o requerimento da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA e quando a apresentação dos relatórios mensais relativos à primeira medição, deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART devidamente registrada, sob pena de em caso de não apresentação no prazo indicado, incorrer em descumprimento contratual.
- 9.12. Vale observar, que durante todo tempo de vigência do contrato, serão inalteradas as funções de Coordenador Geral que foram objeto da habilitação no processo licitatório.
- 9.13. Caso haja necessidade de substituição dos profissionais objeto da habilitação técnica, deverá ser observado o disposto no art. 30, § 10º da Lei nº 8.666/1993.
- 9.14. Eventualmente, conforme a necessidade da análise e complexidade envolvida, mediante demanda solicitada pela ANTT, caberá inspeção de campo para verificação das condições locais de onde será realizado a atividade objeto de análise.

### III. Descrição das atividades

#### Atividade 1 - APOIO TÉCNICO NO ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES

- 9.15. A atividade consiste na execução das seguintes tarefas de apoio técnico subsidiário: apoio técnico na revisão dos indicadores de desempenho da Superintendência e Institucionais pertinentes à SUROD; apoio técnico na análise e acompanhamento dos indicadores de cada gerência; apoio Técnico na consolidação das informações encaminhadas que devem compor os indicadores e acompanhamento dos prazos de entrega e divulgação das informações relacionadas aos indicadores.
- 9.16. Tal atividade se faz necessária em função da necessidade da elaboração e acompanhamento de indicadores estratégicos da SUROD, como o nível de atendimento dos indicadores do Plano Anual de Fiscalização, bem como demais indicadores relacionados ao nível de execução contratual dos contratos de concessão de rodovias federais.
- 9.17. A atividade que será desenvolvida deve compreender no mínimo as seguintes tarefas: Apoio técnico na revisão dos indicadores de desempenho da Superintendência e Institucionais pertinentes à SUROD; Apoio técnico na análise e acompanhamento dos indicadores de cada gerência; apoio Técnico na consolidação das informações encaminhadas que devem compor os indicadores e Acompanhamento dos prazos de entrega e divulgação das informações dos indicadores.
- 9.18. Para realização da referida atividade se faz necessário a utilização de mão de obra de um profissional com característica pleno em engenharia civil (P2), de profissional de nível superior com formação em qualquer área (Assistente Administrativo - P3), bem como apoio de técnico Sênior (T1) para o desenvolvimento de tarefas qualificadas de menor complexidade no âmbito da presente atividade.
- 9.19. Os relatórios técnicos que comporão os relatórios trimestrais relativos à atividade 1, no mínimo abrangerão: Consolidação das informações de cada um dos indicadores citados no respectivo relatório técnico, com informações suficientes que demonstrem a evolução de cada indicador e quando couber, a fórmula de obtenção do indicador e o nível de atendimento da meta estipulada.

#### Atividade 2 - APOIO TÉCNICO NA DEFINIÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA AGENDA REGULATÓRIA E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE REGULAÇÃO

- 9.20. A atividade consiste no apoio técnico subsidiário na elaboração/proposição de temas e acompanhamento dos projetos contidos no eixo temático da Agenda Regulatória referente à Exploração da Infraestrutura Rodoviária, bem como na elaboração de novas normas técnicas no âmbito da SUROD para regulação do mercado de concessão de rodovias.
- 9.21. Tal atividade se faz necessário em função da necessidade de apoio técnico para acompanhar o andamento dos projetos da SUROD inseridos na Agenda Regulatória da ANTT, em especial quanto ao eixo temático relacionado à SUROD, bem como atualizar os normativos da ANTT em face de necessidade

de evoluções regulatórias . Como exemplo, temos as atualizações e alteração das normas da ANTT - RCR , relacionado essencialmente à aspectos de engenharia consultiva aplicados ao contrato de concessão.

9.22. A atividade que será desenvolvida deve compreender no mínimo as seguintes tarefas: apoio técnico na proposição/elaboração de temas de projetos para o eixo temático da SUOD na Agenda Regulatória da ANTT; apoio técnico na publicação das atualizações da Agenda Regulatória no portal da ANTT, em conformidade com o Manual da Agenda Regulatória e acompanhamento do cronograma de execução da Agenda Regulatória inerente à SUOD; apoio técnico na elaboração de novas normas regulatórias no âmbito da SUOD, apoio técnico na realização do eventos de Participação de Controle de Participação Social no desenvolvimento e atualização dos normativos.

9.23. Para realização da referida atividade se faz necessário a utilização de mão de obra de um profissional com característica pleno em engenharia civil (P2), de profissional de nível superior com perfil sênior da carreira jurídica (P1), bem como apoio de técnico Sênior (T1) para o desenvolvimento de tarefas qualificadas de menor complexidade no âmbito da presente atividade.

9.24. Os relatórios técnicos que comporão os relatórios trimestrais relativos a atividade 2, no mínimo, abrangerão: Consolidação das informações de cada projeto previsto no eixo temático da Agenda Regulatória da ANTT sob gestão das gerências da SUOD, descrevendo no mínimo, para cada projeto, o total de etapas previstas, quais etapas foram executadas efetivamente, etapas pendentes de execução, status do projeto em relação ao cronograma aprovado e motivos do não atendimento do cronograma.

#### **Atividade 3 - APOIO TÉCNICO NAS RESPOSTAS A QUESTIONAMENTOS DE OUVIDORIA, DA DIRETORIA, ÓRGÃOS E CONTROLE EXTERNOS E INTERNOS**

9.25. A atividade consiste no apoio técnico subsidiário à SUOD para prospecção de informações, elaboração e consolidação de respostas as demandas e questionamentos dos órgãos internos e externos demandantes de informações sob gestão da SUOD.

9.26. O apoio técnico nesta atividade se faz necessário em função da SUOD ser um órgão severamente demandado por informações inerente a sua competência de gestão e fiscalização dos contratos de concessão de rodovias.

9.27. Tais informações se revestem de elevado grau de complexidade, sendo necessário amplo conhecimento de conceitos de engenharia e dos contratos de concessão de rodovias em vigência por parte do profissional que prestará apoio nas respostas, de forma ser necessário a contratação de profissional de engenharia civil com características de profissional pleno (P2), de profissional da área jurídica sênior (P1), bem como de Assistente Administrativo (P3) para o desenvolvimento de tarefas qualificadas de menor complexidade no âmbito da presente atividade, em especial quanto ao controle e organização das demandas apresentadas, bem como pesquisa sob supervisão para elaboração das respostas aos órgãos de controle.

9.28. As tarefas a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo: Apoio no registro de entrada e saída de documentos, na análise de minutas, bem como no acompanhamento de prazos estipulados para a resposta dos mesmos; suporte Técnico nas respostas às demandas da ouvidoria, diretoria, CGU/TCU/Auditoria Interna, ASPAR, ASCOM, SIC, Tribunal Arbitral, etc; suporte técnico na solicitação e análise de informações às concessionárias e/ou Unidades Regionais quando necessário para responder questionamentos de órgãos de controle externo e interno; apoio técnico na elaboração de documentos e apresentações para reuniões internas e externas; fornecimento de dados estatísticos referente aos registros de reclamações (concessionárias e ANTT); suporte técnico para análise dos boletins mensais e folhetos distribuídos contratualmente exigíveis pelas concessionárias; suporte técnico para análise dos boletins mensais e folhetos distribuídos contratualmente exigíveis pelas concessionárias; suporte técnico para consolidação e atualização das informações relativas aos contratos de concessões das rodovias federais;

9.29. Os relatórios técnicos que comporão os relatórios mensais relativos a atividade 3, no mínimo, abrangerão: Lista com as demandas de solicitação de informação respondidas no âmbito da SUOD e suas gerências, indicando o órgão interno ou externo solicitante de cada demanda, incluindo em anexo cópia do documento resultante da resposta elaborada pelas áreas técnicas competente (email, despacho, nota técnica, dentre outros). Para as tarefas que serão consideradas para efeito de medição pelo IMR, deverá conter detalhadamente os tarefas realizadas, informando o prazo esperado e o prazo efetivo para a elaboração de cada tarefa.

#### **Atividade 4 - APOIO TÉCNICO NA INSTRUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SIMPLIFICADOS-PAS**

9.30. A atividade consiste no apoio técnico subsidiário à SUOD na análise das defesas e recursos interpostos pelas Concessionárias no âmbito dos processos sancionatórios gerados durante a gestão e fiscalização dos contratos de concessão, bem como do suporte nas atividades gerenciais decorrentes da gestão dos Processos Administrativos Simplificados.

9.31. Tal atividade se faz necessário em função da competência prevista nos contratos de concessão para autuação e análise dos processos sancionatórios dos contratos de concessão de rodovias concedidas, nos termos previstos em cada contrato e na Resolução ANTT nº 5083/2016 e Resolução ANTT nº 4071/2013.

9.32. Essencialmente, a análise das defesas e multas exigem conhecimento das cláusulas contratuais relacionadas à execução das obras e serviços previstos nos contratos de concessão, considerando os parâmetros técnicos de desempenho previstos no PER, sendo necessário a contratação de profissional de engenharia civil com características de profissional pleno (P2), de profissional da área jurídica (P4), bem como Assistente Administrativo (P3) para o desenvolvimento de tarefas qualificadas de menor complexidade no âmbito da presente atividade, em especial quanto ao controle e organização das demandas apresentadas, atuar em rotinas administrativas e organizacionais exercidas na gestão dos processos, assessoramento e no planejamento e controle administrativo dos trâmites processuais, prazos, sigilos, dentre outros.

9.33. As tarefas a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo: suporte técnico nas análises das defesas e recursos interpostos pelas Concessionárias – PAS; apoio na realização do registro das informações no software específico para controle de PAS; suporte Técnico na análise dos argumentos apresentados pelas concessionárias na defesa e recurso decorrentes do/as autos/notificações de infração emitidos, com levantamento de dados/informações necessárias; Suporte no controle de prazos de envio e recebimento de documentação correspondente; suporte técnico na elaboração de Minutas de Decisão; suporte técnico na elaboração de Relatórios Gerenciais; Suporte técnico na avaliação do andamento dos processos com apontamento das dificuldades encontradas no regular trâmite dos processos.

9.34. Os relatórios técnicos que comporão os relatórios mensais relativos a atividade 4, no mínimo, abrangerão: Consolidação de todos os processos administrativos simplificados analisados no mês referência, informando o prazo previsto para a análise e o efetivamente realizado pelo profissional, contendo em anexo cópia de todos os produtos decorrentes das análises realizadas no período.

#### **Atividade 5 - APOIO TÉCNICO NO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS**

9.35. A atividade consiste no apoio técnico subsidiário à SUOD no acompanhamento e fiscalização de contratos e convênios celebrados pela ANTT no âmbito da SUOD, tendo como objetivo trazer subsídios técnicos especializados na área de engenharia rodoviária, geotecnia, dentre outros, que permitam a resolução de litígios contratuais nos contratos de concessão.

9.36. Os referidos acordos têm como objeto análises relacionadas à ciência da engenharia, de forma que é essencial que os serviços instrumentais e acessórios para o planejamento, elaboração e acompanhamento dos referidos acordos tenham o apoio de profissional de engenharia civil pleno (P2) e Assistente Administrativo (P3) para as atividades de menor complexidade, em especial quanto ao controle e organização das demandas apresentadas, atuar em rotinas administrativas e organizacionais exercidas na gestão dos processos, assessoramento e no planejamento e controle administrativo dos trâmites processuais, prazos, dentre outros.

9.37. Como exemplo, atualmente temos em vigência contrato com empresa especializada em engenharia para verificar os efeitos decorrentes de incidente geotécnico que ocorreu na BR-040 concedido à Concer. Além disso, para o desenvolvimento das tarefas técnicas e administrativas de menor complexidade, faz-se necessário o apoio de Técnico Sênior.

9.38. As tarefas a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo: apoio técnico na verificação do atendimento as premissas dos editais, entrega de produtos, prazos contratuais e execução dos serviços dos contratos/convênios em andamento nesta SUOD; apoio técnico na elaboração de resposta a questionamentos e pleitos de aditivos dos convênios, empresas e consórcios com contrato em andamento nesta SUOD.

9.39. Os relatórios técnicos que comporão os relatórios trimestrais relativos à atividade 5, no mínimo, abrangerão: consolidação das análises realizadas e documentos relacionados ao apoio técnico da fiscalização e acompanhamento dos contratos e convênios vigentes no âmbito da SUROD, descrevendo as ações por cada contrato celebrado, encaminhando em anexo cópia dos documentos gerados em função do apoio técnico da presente atividade.

#### **Atividade 6 - APOIO TÉCNICO NA ANÁLISE DE PRESTAÇÕES DE CONTAS**

9.40. A atividade consiste no apoio técnico subsidiário à SUROD nas tarefas relacionadas à análise e consolidação de verbas previstas nos contratos de concessão para desapropriação e desocupações de imóveis de terceiros, segurança no trânsito, dentre outros.

9.41. Considerando que as tarefas relacionadas à presente atividade dependem de amplo conhecimento técnico na área de engenharia rodoviária e organização gerencial acerca das diversas demandas analisadas ao longo do ano, é essencial que os serviços instrumentais e acessórios para as tarefas relacionadas ao processo de análise de prestação de contas sejam realizados por profissionais de engenharia civil com características pleno (P2) com o apoio de profissional de Administração do tipo (P4), sendo necessário ainda o apoio de técnico Sênior (T1) para a execução de tarefas técnico-administrativas de razoável complexidade.

9.42. As tarefas a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo: suporte técnico na análise e consolidação da prestação de contas dos recursos destinados a desapropriações e desocupações em rodovias federais concedidas; suporte técnico na análise e consolidação da prestação de contas das verbas destinadas à segurança no trânsito, destinada ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito e comunicação, nos contratos de concessão das rodovias federais; apoiar na análise e consolidar a prestação de contas das verbas destinadas ao aparelhamento da PRF constantes nos contratos de concessão das rodovias federais.

9.43. Os relatórios técnicos que comporão os relatórios mensais relativos a atividade 6, no mínimo, abrangerão: Consolidação de todas as análises de prestação de contas realizadas no período, para cada uma dos tipos de verbas analisadas, listando as prestações de contas executadas por concessionária e os respectivos produtos gerados, com respectivas cópias em anexo.

#### **Atividade 7 - APOIO TÉCNICO NA GESTÃO DE CONTRATOS DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS**

9.44. A atividade consiste no apoio técnico subsidiário à SUROD para a realização de tarefas relacionadas à gestão de investimentos no âmbito dos contratos de concessão de rodovias, incluindo os atos necessários para consolidação dos procedimentos de revisão da tarifa básica de pedágio.

9.45. Considerando que as tarefas relacionadas à presente atividade dependem de conhecimento técnico amplo na área de engenharia rodoviária, é essencial que os serviços instrumentais e acessórios para as análises relacionadas à gestão de contratos de concessões rodoviárias sejam realizados por profissionais de engenharia civil com características no mínimo pleno (P2) para as atividades gerais de gestão dos contratos de concessão e de profissionais de engenharia civil com características sênior (P0) para o desenvolvimento de atividades de maior complexidade que impactam a gestão dos contratos de concessão.

9.46. Além, disso, por se tratar da atividade de maior volume de trabalho no âmbito da SUROD, faz necessário amplitude de duas camadas para o apoio técnico de atividades de nível médio, sendo necessário o apoio de técnico Sênior (T1) para a execução de tarefas técnico administrativas de razoável complexidade, e do apoio de Técnico Pleno (T2) para a execução de tarefas técnico-administrativas de menor complexidade.

9.47. As tarefas a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo: suporte técnico na gestão e controle dos contratos de concessão das rodovias federais, no que diz respeito à inserção e exclusão de investimentos; suporte técnico na análise de pleitos de inclusão de obras e serviços nos contratos de concessão de rodovias federais; suporte técnico na análise de processos de revisão de tarifa, no que diz respeito aos investimentos e custos operacionais das concessões; suporte técnico na revisão do texto dos Programas de Exploração de Rodovias federais concedidas, decorrentes de alterações aprovados pela DIRETORIA da ANTT nos processos de revisão de tarifa; suporte técnico na análise e aprovação de planejamentos anuais e suas atualizações/revisões; suporte técnico no acompanhamento dos processos de autorização de início de obras previstas nos contratos de concessão; suporte técnico na elaboração de minutos de documentos de assuntos referentes à gestão de contratos de concessão; apoio no registro do fluxo de documentos, bem como acompanhamento de prazos para resposta dos mesmos; Suporte técnico para as Atividades de planejamento e controle.; suporte técnico na elaboração de relatórios periódicos de acompanhamento das obras e serviços; suporte Técnico na análise e simulações referente a investimentos e custos operacionais das concessões; suporte Técnico em análise e auditoria referente a perda de receitas; suporte Técnico em análise de estudos de tráfego; suporte técnico na elaboração de minutos de documentos relacionados à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro; manutenção de informações técnicas e administrativas que envolvem gestão das Atividades relacionadas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro; suporte Técnico no acompanhamos dos atos necessários para acompanhamento do TAC.

9.48. Os relatórios técnicos que comporão os relatórios mensais relativos a atividade 7, no mínimo, abrangerão: Consolidação das análises e documentos produzidos no âmbito da gestão de investimentos e econômico financeira dos contratos de concessão de rodovias, listando as principais tarefas realizadas por concessionária, incluindo cópias dos principais documentos em anexo.

#### **Atividade 8 - APOIO TÉCNICO NA ATUALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS PARA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO**

9.49. A atividade consiste no apoio técnico subsidiário à SUROD para a realização de tarefas relacionadas a atualização e desenvolvimento de sistemas para gestão e fiscalização dos contratos de concessão, realizando intermediação da SUROD e suas gerências temáticas junto à Superintendência de tecnologia - SUTEC.

9.50. Considerando que as tarefas relacionadas à presente atividade dependem de conhecimento técnico na área de engenharia civil, visto que ser necessário a levantamento dos requisitos de negócio para desenvolvimento dos sistemas, é essencial que os serviços instrumentais e acessórios para a gestão das atividades de desenvolvimento dos sistemas de tecnologia sejam realizados por profissionais de engenharia civil Sênior (P0) por se tratar de atividade afeita à engenharia rodoviária e conhecimento dos contratos de concessão. Para a realização de tarefas de menor complexidade e apoio técnico administrativo faz-se necessário o apoio de técnico Pleno (T2) .

9.51. As tarefas a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo: apoio administrativo e técnico para consolidação das demandas da SUROD e suas Gerências ; suporte técnico na análise para verificação e análise da documentação de desenvolvimento de sistemas desenvolvido pela SUTEC; suporte técnico para levantamento de necessidades de novas demandas de sistemas para SUROD e acompanhamento da execução dos projetos de desenvolvimento dos sistemas em execução e manutenção pela SUTEC.

9.52. Os relatórios técnicos que comporão os relatórios trimestrais relativos a atividade 8, no mínimo, abrangerão: Consolidação das análises de documentos produzidos pela SUTEC no desenvolvimento dos sistemas, listando as principais tarefas realizadas no período pelos profissionais, incluindo cópias dos principais documentos em anexo.

#### **Atividade 9 - APOIO TÉCNICO NA ATUALIZAÇÃO DE MANUAIS E PROCEDIMENTOS**

9.53. A atividade consiste no apoio técnico subsidiário à SUROD para a realização de tarefas relacionadas a atualização e aperfeiçoamento do Manual de Fiscalização de Rodovias Concedidas e demais manuais técnicos da SUROD, bem como orientação geral à fiscalização da ANTT quanto a aplicação das diretrizes da fiscalização.

9.54. Considerando que as tarefas relacionadas à presente atividade dependem de amplo conhecimento técnico na área de engenharia civil, é essencial que os serviços instrumentais e acessórios para a presente atividade sejam realizados por profissionais de engenharia civil com características pleno (P2), bem como técnico Pleno (T2) para o desenvolvimento de tarefas qualificadas de menor complexidade no âmbito da presente atividade.

9.55. As tarefas a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo: suporte técnico para avaliação da necessidade de complementação / alteração do manual em relação aos prazos, aos procedimentos e às ações neles definidos; suporte técnico na realização de Reuniões Participativas e de Audiências Públicas; suporte técnico no detalhamento das propostas de alteração de PER e de Resoluções; Suporte técnico na transferência de informações a todos os envolvidos no processo de revisão do manual; Suporte técnico na elaboração de normativos necessários para disciplinar o processo de acompanhamento de obras e serviços.

9.56. Os relatórios técnicos que comporão os relatórios trimestrais relativos a atividade 9, no mínimo, abrangerão: Consolidação das análises realizadas nas tarefas de atualização e aperfeiçoamento do manual e demais tarefas produzidas na gestão das atividades de aplicação do manual, listando as tarefas executadas no período e os respectivos produtos gerados, com cópia em anexo.

#### **Atividade 10 - APOIO TÉCNICO NA ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS DE RECEBIMENTOS DE OBRAS**

9.57. A atividade consiste no apoio técnico subsidiário à SUROD para a realização de tarefas relacionadas ao processo de recebimento provisório e definitivo de obras executadas pelas concessionárias de rodovias federais sob gestão da SUROD.

9.58. Considerando que as tarefas relacionadas à presente atividade dependem de amplo conhecimento técnico na área de engenharia civil, é essencial que os serviços instrumentais e acessórios para a análise relacionada ao processo de recebimento de obras sejam realizados por profissional de engenharia civil com características pleno (P2), e com o apoio de Assistente Administrativo (P3) para execução de tarefas técnico - administrativas qualificadas e de menor complexidade, em especial quanto ao controle e organização das demandas apresentadas, atuar em rotinas administrativas e organizacionais exercidas na gestão dos processos, assessoramento e no planejamento e controle administrativo dos trâmites processuais, prazos, dentre outros.

9.59. As tarefas a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo: suporte técnico para análise de relatórios de inspeção das obras finalizadas, realizados pelas COINF; suporte técnico para análise da documentação, referente ao recebimento das obras finalizadas; suporte técnico na revisão de procedimentos e da documentação de recebimento de obras dentro da SUROD.

9.60. Os relatórios técnicos que comporão os relatórios mensais relativos a atividade 10, no mínimo, abrangerão: Consolidação das análises realizadas para o recebimento das obras listando as tarefas executadas no período e os respectivos produtos gerados, com cópia em anexo.

#### **Atividade 11 - APOIO TÉCNICO NA ANÁLISE E CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS REFERENTES À OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA RODOVIA**

9.61. A atividade consiste no apoio técnico subsidiário à SUROD para a realização de análise e consolidação dos dados encaminhados pelos Sistemas Gerenciais das Concessionárias e equipamentos de operação instalados nas rodovias, bem como registro dos dados enviados pelas COINF a respeito da fiscalização dos parâmetros de qualidade da rodovia.

9.62. Considerando que as tarefas relacionadas à presente atividade dependem de amplo conhecimento técnico na área de engenharia civil, é essencial que os serviços instrumentais e acessórios relacionado ao processo de análise e consolidação dos dados referentes à operação, manutenção e conservação sejam realizados por profissionais de engenharia civil com características pleno (P2), e com o apoio de Assistente Administrativo (P3) para execução de tarefas técnico - administrativas qualificadas e de menor complexidade, em especial quanto ao controle e organização das demandas apresentadas, atuar em rotinas administrativas e organizacionais exercidas na gestão dos processos, assessoramento e no planejamento e controle administrativo dos trâmites processuais, prazos, dentre outros.

9.63. As tarefas a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo: suporte técnico na padronização e análise dos dados provenientes dos equipamentos (controle de velocidade, sensoramento de pista, etc) das concessionárias; suporte técnico na padronização e análise dos dados provenientes dos sistemas gerenciais das concessionárias; suporte Técnico na padronização e registro dos dados de TRO e AI emitidos na fiscalização da manutenção e conservação da rodovia; suporte técnico na padronização e análise dos dados provenientes dos sistemas em funcionamento no âmbito da ANTT.

9.64. Os relatórios técnicos que comporão os relatórios mensais relativos a atividade 11, no mínimo, abrangerão: Consolidação das informações dos dados e indicadores de operação, conservação e manutenção aferidos no período considerado, listando as tarefas executadas no período e os respectivos produtos gerados, com cópia em anexo.

#### **Atividade 12 - APOIO TÉCNICO PARA ANÁLISE DE APÓLICES DE SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS**

9.65. A atividade consiste no apoio técnico subsidiário à SUROD para a realização de análises de apólices de seguros de riscos operacionais e responsabilidade civil previstos nos contratos de concessão, bem como análise das garantias dispostas nos referidos contratos.

9.66. Considerando que as tarefas relacionadas à presente atividade dependem de amplo conhecimento técnico na área de engenharia civil, é essencial que os serviços instrumentais e acessórios para a análise das apólices de seguros e das garantias contratuais sejam realizados por profissionais de engenharia com características pleno (P2), sendo necessário ainda o apoio de técnico Sênior (T1) para a execução de tarefas técnico-administrativas de razoável complexidade e do apoio de Técnico Pleno (T2) para a execução de tarefas técnico-administrativas de menor complexidade.

9.67. As tarefas a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo: suporte Técnico para análise de apólices, endossos e certificados de seguros e garantias contratuais; Acompanhamento dos prazos de entregas das documentações pelas concessionárias; suporte técnico na elaboração de minutas de questionamentos para as concessionárias; manutenção de informações técnicas e administrativas que envolvam gestão dos Seguros e garantias de Execução contratual; suporte Técnico no registro de entrada e saída de documentos, bem como no acompanhamento de prazos estipulados para a resposta dos mesmos.

9.68. Os relatórios técnicos que comporão os relatórios trimestrais relativos a atividade 12, no mínimo, abrangerão: Consolidação das análises das apólices de seguros e garantias contratuais, listando as tarefas executadas no período e os respectivos produtos gerados, com cópia em anexo.

#### **Atividade 13 - APOIO TÉCNICO PARA ANÁLISE DE RECEITA EXTRAORDINÁRIA AUFERIDA, REGULARIDADE FISCAL/TRIBUTÁRIA/CONTRATUAL E ECONÔMICA**

9.69. A atividade consiste no apoio técnico subsidiário à SUROD para a realização de análises de receitas extraordinárias auferidas pelas concessionárias durante a gestão dos contratos de concessão, análise da regularidade fiscal, tributária e econômica das concessionárias de rodovias.

9.70. Considerando que as tarefas relacionadas à presente atividade dependem de conhecimento técnico na área econômica financeira e contábil, ou de engenheiro com conhecimento na área econômica financeira, é essencial que os serviços instrumentais e acessórios para as tarefas relacionadas à presente atividade sejam realizados por profissionais de economia (P1), contabilidade (P2) e engenharia civil (P2), sendo necessário ainda o apoio de técnico Sênior (T1) para a execução de tarefas técnico-administrativas de razoável complexidade e do apoio de Técnico Pleno (T2) para a execução de tarefas técnico-administrativas de menor complexidade.

9.71. As tarefas a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo: suporte Técnico para análise de Receita Extraordinária auferida ; suporte Técnico para análise da Regularidade Fiscal/Tributária/Contratual de natureza financeira e econômica das concessionárias; Acompanhamento dos prazos de entregas das documentações pelas concessionárias; suporte técnico na elaboração de minutas de documentos relativos à Receita Extraordinária auferida e análise da Regularidade Fiscal / Tributária / Contratual de natureza financeira e econômica das concessionárias; Suporte Técnico na fiscalização in loco Econômico-Financeira das concessões; suporte Técnico no controle de pagamento da Verba de Fiscalização; manutenção de informações técnicas e administrativas que envolvam gestão das Atividades relacionadas às Receitas Extraordinárias auferidas e à Regularidade Fiscal/Tributária/Contratual de natureza financeira e econômica das concessionárias; suporte Técnico no registro de entrada e saída de documentos, bem como no acompanhamento de prazos estipulados para a resposta dos mesmos.

9.72. Os relatórios técnicos que comporão os relatórios mensais relativos a atividade 13, no mínimo, abrangerão: Consolidação das análises das receitas extraordinárias das concessionárias, da regularidade fiscal, tributária, contratual e econômica das concessionárias, listando as tarefas executadas no período e os respectivos produtos gerados, com cópia em anexo.

#### **Atividade 14 - APOIO TÉCNICO PARA ELABORAÇÃO DE ANÁLISES ECONÔMICAS FINANCEIRAS ESTRATÉGICAS SETORIAIS**

9.73. A atividade consiste no apoio técnico subsidiário à SUROD para a realização de análises econômicas financeiras estratégicas setoriais relacionadas aos contratos de concessões de rodovias vigentes.

9.74. Considerando que as tarefas relacionadas à presente atividade dependem de conhecimento técnico na área econômica financeira e contábil, ou de engenheiro com conhecimento na área econômica financeira, é essencial que os serviços instrumentais e acessórios para as tarefas relacionadas a presente atividade sejam realizados por profissionais de economia (P1), contabilidade (P2) e engenharia civil com características pleno (P2), contando com o apoio de técnico sênior (T1) para desenvolvimento de tarefas técnico-administrativas de razoável complexidade.

9.75. As tarefas a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo: suporte Técnico para a realização de Análises Financeiras Estratégicas Setoriais; suporte Técnico na elaboração de minutas de documentos relativos às Análises Econômico-Financeiras Estratégicas Setoriais; suporte Técnico na elaboração de minutas a serem submetidos à DIRETORIA; manutenção de informações técnicas e administrativas que envolvem gestão das Atividades relacionadas às análises financeiras estratégicas setoriais; suporte Técnico no registro de entrada e saída de documentos, bem como no acompanhamento de prazos estipulados para a resposta dos mesmos.

9.76. Os relatórios técnicos que comporão os relatórios trimestrais relativos a atividade 14, no mínimo, abrangerão: Consolidação das análises econômicas financeiras estratégicas, listando as tarefas executadas no período e os respectivos produtos gerados, com cópia em anexo.

#### **Atividade 15 - APOIO TÉCNICO PARA ANÁLISE DE FINANCIAMENTOS, EMISSÃO DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS E AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS DE ADMINISTRADORAS DE MEIOS DE PAGAMENTOS PARA ARRECADAÇÃO ELETRÔNICA DE PEDÁGIO**

9.77. A atividade consiste no apoio técnico subsidiário à SUROD para a análise de financiamentos, emissão de títulos mobiliários e autorizações prévias de administradoras de meios de pagamentos para arrecadação eletrônica de pedágio para as concessionárias de rodovias federais concedidas.

9.78. Considerando que as tarefas relacionadas à presente atividade dependem de amplo conhecimento técnico na área econômica financeira e contábil, ou de engenheiro com conhecimento na área econômica financeira, é essencial que os serviços instrumentais e acessórios para as tarefas relacionadas a presente atividade sejam realizados por profissionais de economia (P1), contabilidade (P2) e engenharia com características pleno (P2), contando com o apoio de técnico sênior (T1) para desenvolvimento de tarefas técnico-administrativas de razoável complexidade.

9.79. As tarefas a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo: suporte Técnico para a realização de Análises de financiamentos, emissão de títulos mobiliários e autorizações prévias de Administradoras de Meios de Pagamento para Arrecadação Eletrônica de Pedágio (AMAPs); suporte Técnico na elaboração de minutas de documentos relativos às Análises de financiamentos, emissão de títulos mobiliários e autorizações prévias de AMAPs; manutenção de informações técnicas e administrativas que envolvem gestão das Atividades relacionadas às análises de financiamentos, emissão de títulos mobiliários e autorizações prévias de AMAPs; suporte Técnico no registro de entrada e saída de documentos, bem como no acompanhamento de prazos estipulados para a resposta dos mesmos.

9.80. Os relatórios técnicos que comporão os relatórios trimestrais relativos a atividade 15, no mínimo, abrangerão: Consolidação das análises de financiamentos, emissão de títulos mobiliários e autorizações prévias de administradoras de meios de pagamentos para arrecadação eletrônica de pedágio, listando as tarefas executadas no período e os respectivos produtos gerados, com cópia em anexo.

#### **Atividade 16 - APOIO TÉCNICO PARA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO - RDT**

9.81. A atividade consiste no apoio técnico subsidiário à SUROD para a seleção, acompanhamentos e análise dos projetos de aplicação de Recursos de desenvolvimento tecnológico – RDT em desenvolvimento e que serão desenvolvidos pelas concessionárias de rodovias federais concedidas.

9.82. Considerando que as tarefas relacionadas à presente atividade dependem de amplo conhecimento técnico na área de engenharia, já que em geral se tratam de projetos relacionados à inovação de técnicas de engenharia rodoviária e implementação de novas tecnologias na área, as tarefas devem ser realizadas por profissionais de engenharia civil com características pleno (P2), contando com o apoio de técnico sênior (T1) para desenvolvimento de tarefas técnico-administrativas de razoável complexidade.

9.83. As tarefas a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo: suporte Técnico na análise de Plano de Trabalho de RDT e suas alterações; suporte Técnico na análise de Relatórios parciais e finais de RDT; suporte Técnico na análise de prestação de contas anual de RDT; suporte técnico na elaboração de minutas de documentos relacionados à aplicação de RDT; manutenção de informações técnicas e administrativas que envolvem gestão das Atividades relacionadas à aplicação de RDT; apoio Técnico na fiscalização in loco dos projetos desenvolvidos com RDT; apoio Técnico na realização do workshop anual; Suporte Técnico no registro de entrada e saída de documentos, bem como no acompanhamento de prazos estipulados para a resposta dos mesmos.

9.84. Os relatórios técnicos que comporão os relatórios mensais relativos a atividade 16, no mínimo, abrangerão: Consolidação das análises realizadas na gestão de cada projeto de RDT em vigência, listando as tarefas executadas no período e os respectivos produtos gerados, com cópia em anexo.

### **IV - DESPESAS DE VIAGENS**

9.85. O custo de viagens da equipe técnica contratada eventualmente necessárias para desenvolvimento das atividades 5, 6, 8, 10 e 16 que compõem este Termo de Referência deverá ser suportado pela contratada.

9.86. O custo das viagens inclui as despesas referentes a diárias e deslocamento aéreo e terrestre, em território nacional.

9.87. As viagens serão previamente autorizadas pela fiscalização considerando sua necessidade para desenvolvimento das atividades relativas ao serviço contratado.

9.88. As unidades de despesa foram separadas nos formatos deslocamento terrestre e aéreo, bem como diárias, de forma que a cada acionamento, a Contratada deverá apresentar o total de despesas eventuais para as viagens a serviço.

#### **• UD 1 – DESLOCAMENTO TERRESTRE**

9.89. Para a apuração do valor médio da UD1 foram apropriadas a locação de veículo subcompacto ou compacto popular, com ar condicionado, por períodos de 2 (dois) dias e abastecidos com 50 (cinquenta) litros de gasolina, considerando um valor médio entre as localidades cotadas (Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, Curitiba/PR, Belo Horizonte/MG, Goiânia/GO, Porto Alegre/RS, Florianópolis/SC, Salvador/BA, Vitória/ES, Cuiabá/MT e Campo Grande/MS), tanto para aluguel dos veículos quanto para o combustível (valores atribuídos para as localidades, pela ANP).

9.89.1. Os valores relativos aos pedágios, devem ser considerados como incluídos na cotação da média de valores de locação de veículos e combustível.

#### **• UD 2 – DESLOCAMENTO AÉREO**

9.90. Para a apuração do valor médio da UD2 foram cotados preços médios de passagens aéreas, considerando as localidades servidas por aeroportos, nos trechos concessionados.

9.91. A cidade de Goiânia não foi considerada para aferição da média em questão, visto que para tal trecho somente será admitido o deslocamento rodoviário.

9.92. Quando solicitado, a Contratada deverá apresentar, ao fiscal indicado, um orçamento detalhado envolvendo todos os custos diretos e indiretos para o deslocamento a ser exercido pelos profissionais mobilizados, que após avaliação dos custos envolvidos e contabilizadas as quantidades de UD2 s equivalentes, emitirá a devida autorização do deslocamento previamente.

#### **• UD 3 – DESPESAS EM VIAGENS**

9.93. Tem por objetivo o fornecimento das diárias correspondentes às despesas com alimentação, hospedagem e deslocamento local, realizadas em deslocamentos, nacionais, necessários para o desenvolvimento das atividades de apoio técnico pelos profissionais mobilizados nas atividades 5,6,8,10 e 16, que compõem este Termo de Referência.

9.94. Cada unidade será denominada UD3 (Unidade de Despesa - 3) e corresponde a uma unidade de diária composta pela média dos valores correspondentes aos tipos de diárias previstas. 8.25.3. Valores referentes à alimentação e deslocamento local não devem compor os valores referentes à UD3, visto que são cobertos pelos benefícios pagos aos profissionais alocados na equipe mobilizada.

9.95. Quando solicitado, a Contratada deverá apresentar uma programação das diárias a ser utilizadas pelo profissional mobilizado, à equipe técnica da ANTT irá avaliar os custos envolvidos e contabilizar a quantidade de UD3's equivalentes, autorizando assim a utilização das diárias previamente.

9.96. Os valores atribuídos para as diárias são referenciais e foram obtidos com referência nos valores dispostos no Decreto No. 6.907, de 21 de julho de 2009, tendo em vista nas convenções coletivas consultadas para as categorias profissionais constantes da equipe mobilizada não dispõem de tais informações.

9.97. As despesas com viagens serão computadas na medição da seguinte forma:

$$Valor = DV * (1 + RF/100 + DF/100)$$

Em que:

Valor é o montante que será considerado na medição em reais;

DV é o total de despesas de viagem (incluindo deslocamentos e diárias) em reais;

RF é a remuneração da empresa em % (lucro); e

DF é o percentual realtivo a despesas fiscais.

## V. FORMATO DOS RELATÓRIOS

9.98. Os Relatórios mensais deverão observar a norma culta da língua portuguesa e conter em sua estrutura básica, no mínimo, os tópicos a seguir:

- Capa e Contracapa;
- Índice;
- Caracterização do Apoio Técnico, contemplando a relação de profissionais alocados, por formação e nível de experiência, conforme definido no quadro da equipe técnica mobilizada;
- Documentos Administrativos ;
- Cronograma Físico-Financeiro;
- Comentários.

9.99. Além do conteúdo descrito no item "III - Descrição das Atividades", deverão ser anexados os relatórios técnicos produzidos no período, com um quadro resumo da identificação do processo, descrição da atividade, concessionária, tipo de análise, informações, e quando couber, conforme modelo apresentado por ocasião da Ordem de Serviços.

## VI. COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.100. A coordenação geral dos serviços será exercida pelo Coordenador Geral, cuja atribuição será garantir a execução do contrato em conformidade com os aspectos legais e com as disposições do Edital, do Termo de Referência e do Contrato firmado, respondendo junto à ANTT pela boa execução do contrato a ser pactuado.

9.101. Compete ao Coordenador Geral elaborar os Relatórios Mensais e Trimestrais e apresentá-los à ANTT para a avaliação da fiscalização a fim possibilitar o aceite dos trabalhos pela Agência.

9.102. **O Coordenador Geral será o responsável pela realização de tratativas com os representantes da Administração e deverá estar lotado continuamente na sede da ANTT, durante a execução dos serviços.**

9.103. A gestão junto às atividades técnicas especializadas (atividades 01-16), nas diversas categorias de serviços, será realizada pelo Coordenador Geral junto à cada Gerência da SUROD em que serão realizadas cada uma das atividades, cujas atribuições consistirão em controlar a qualidade das atividades desenvolvidas diariamente, orientar sua execução, revisar e corroborar com todos os relatórios técnicos, atuando assim no âmbito estritamente técnico das categorias de serviços, perante à equipe alocada.

9.104. A equipe técnica alocada em cada gerência responderá hierarquicamente ao Coordenador Geral, que será demandado pela SUROD e Gerências competentes para elaboração das tarefas previstas em cada uma das atividades.

9.105. No quadro a seguir são relacionadas as atividades previstas no contrato com as unidades administrativas na qual serão com as respectivas atividades serão executadas.

| Atividade                     | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 |
|-------------------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|----|----|----|----|----|
| órgão                         |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |
| <b>Apoio Técnico da SUROD</b> |   |   | x | x | x |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |
| <b>GEFIR</b>                  | x |   | x | x |   | x | x | x | x | x  | x  |    |    |    |    |    |
| <b>GEGEF</b>                  |   |   | x |   |   |   | x |   |   |    |    | x  | x  | x  | x  |    |
| <b>GERER</b>                  | x | x | x |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    | x  |

## VII. EQUIPE TÉCNICA MOBILIZADA

9.106. A composição da equipe mobilizada foi estimada com base em dados históricos de demandas, em função das práticas atuais dos processos e dos fluxos de informações em operação na ANTT.

9.107. Entretanto, é de responsabilidade da contratada, para atender as demandas expressas para cada uma das atividades, buscar profissionais com as qualificações exigidas, de forma a dar pleno atendimento às expectativas dispostas neste Termo de Referência e seus anexos.

9.108. Em até 05 (cinco) dias a contar da assinatura do contrato, deverá ser emitida a ordem para o início da prestação dos serviços contratados.

9.109. Caso se atinja o prazo referido, sem a comunicação formal da fiscalização, a Contratada, deverá dar início a prestação de serviços.

9.110. Uma vez iniciada a prestação de serviços, em até 05 (cinco) dias a Contratada deverá estar com a equipe integralmente mobilizada.

9.111. O horário de trabalho da equipe técnica mobilizada deverá obedecer ao horário de funcionamento da ANTT.

9.112. A Contratada deverá zelar para que seus colaboradores observem a carga horária autorizada, de 44 horas semanais, de forma a que não extrapolem tal jornada.

9.113. Nos termos do disposto no item d.1.3. do anexo V da [IN 05/2017](#), nessa contratação será admitida a flexibilização da execução da atividade ao longo do horário de expediente, vedando-se a realização de horas extras ou pagamento de adicionais não previstos nem estimados originariamente no ato convocatório.

9.114. Tratando-se da equipe mobilizada, eventuais autorizações para realizações de trabalho fora da sede da ANTT, deverão ser objeto de autorização excepcional, devendo a Contratada registrar tal solicitação com a devida antecedência, cabendo a fiscalização a avaliação da sua conveniência.

- 9.115. Vale observar que durante todo tempo de vigência do contrato, serão inalteradas as funções objeto de habilitação no processo licitatório.
- 9.116. A contratada deverá ter, ao longo de toda a vigência contratual, condições plenas de alocar pessoal qualificado, para a prestação dos serviços, em conformidade com as exigências constantes deste Termo de Referência, sempre em tempo hábil e em todos os níveis exigidos.
- 9.117. Neste sentido, caberá o cumprimento de, no mínimo, os seguintes quesitos referentes à qualificação dos profissionais da equipe técnica mobilizada, durante toda a vigência do contrato:

• PARA AS ATIVIDADES RELACIONADAS À COORDENAÇÃO GERAL:

- 9.118. Para a função de **Coordenação Geral (P0) - Experiência Profissional >= 10 anos - 01 Engenheiro Civil Sênior** - Profissional com experiência mínima comprovada de 10 anos no planejamento e gestão de empreendimentos na área de infraestrutura rodoviária, envolvendo Coordenação de Equipes de Gerenciamento, Projetos ou Supervisão.
- 9.119. Pela natureza das atividades desenvolvidas no âmbito da SUOD, GEFIR, GEGEF e GERER, os profissionais alocados nos postos de trabalho de cada gerência realizam simultânea e sucessivamente todas as tarefas previstas para as atividades inerentes à cada unidade. Dessa forma, não há como alocar especificamente um quantitativo de profissional fixo para cada uma das atividades.
- 9.120. Dessa forma, serão necessários o quantitativo de 65 (sessenta e cinco) profissionais com as mais diversas formações e tempo de experiência para realizar todas as atividades previstas nas tarefas (1-16) presentes na contratação em tela.
- 9.121. A justificativa do quantitativo de 65 (sessenta e cinco) postos de trabalho necessários para a execução das atividades previstas no presente termo de referência, está disposta no Anexo I deste Termo de Referência e na NOTA TÉCNICA SEI Nº 4095/2021/SUOD/DIR (SEI nº 8695181).
- 9.122. O tipo de profissionais utilizados para cada tipo de atividade deste termo de referência está justificado e elencado nos item "III - Descrição das Atividades" do presente documento.
- 9.123. A seguir elencamos a característica exigida para a contratação de cada tipo de profissional, **além do Coordenador Geral**, representando a composição da equipe técnica que deverá estar disponível na sede da ANTT para execução das atividades elencadas neste Termo.
- (05) Profissionais de nível superior sênior (P0), (engenheiro civil) ≥ 10 anos de experiência profissional comprovada;
  - (27) Profissionais de nível superior pleno (P2), (engenheiro civil) ≥ 5 anos de experiência profissional comprovada;
  - (02) Profissional de nível superior sênior (P1), (economista) ≥ 10 anos de experiência profissional comprovada;
  - (02) Profissional de nível superior sênior (P1), (contador) ≥ 10 anos de experiência profissional comprovada;
  - (02) Profissionais de nível superior sênior (P1), (bacharel em direito) ≥ 10 anos de experiência profissional comprovada ;
  - (04) Profissionais de nível superior júnior (P4) (bacharel em direito) com formação em nível superior em na respectiva área de ao até 05 anos;
  - (04) Profissionais de nível superior júnior (P4) (Administrador) com formação em nível superior na respectiva área de até 05 anos;
  - (08) Profissionais de nível Superior Júnior (P3) (Assistente Administrativo) ≥ formação em nível superior em quaisquer área de formação e experiência profissional de até 05 anos, não sendo necessariamente em atividades de nível superior;
  - (05) Profissionais de nível Técnico Sênior (T1) (nível médio completo) ≥ 8 anos de experiência profissional comprovada;
  - (05) Profissionais de nível Técnico Pleno (T2) (nível médio completo) ≥ 5 anos de experiência profissional comprovada;

- 9.124. Os profissionais graduados indicados pela CONTRATADA, para a prestação dos serviços, devem ter curso superior completo, com diploma registrado pelo MEC, e quando couber, validado pelo conselho profissional competente.
- 9.125. O tempo de experiência de cada profissional, serão submetidos à avaliação curricular (modelo de currículo sugerido em anexo) e demais comprovantes de sua experiência, como por exemplo: registro na CTPS e declarações emitida por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 9.126. A ANTT disponibilizará, para o desenvolvimento das atividades, além de mobiliário e infraestrutura fixa de telefonia e computadores.

## 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 10.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 10.4. Não permitir que os empregados da CONTRATADA realizem horas extras.
- 10.5. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 10.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da Instrução Normativa - IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 10.7. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
- Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
  - Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
  - Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 10.8. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, especialmente:
- A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
  - O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

- O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

- 10.9. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.
- 10.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 10.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 10.12. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- 10.13. Arquivar, entre outros documentos técnicos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 10.14. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666/1993.
- 10.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

## 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 11.3. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração, entre 07h00 e 20h00, e a carga horária autorizada, de 44 (quarenta e quatro) horas ao longo dos 5 (cinco) dias úteis da semana.
- 11.3.1. Firmar acordo individual com o empregado (art. 59, §6º, da CLT c/c Súmula nº 85 do TST), para que possa haver jornadas pouco superiores a 8 (oito) horas diárias, perfazendo um total de 44 (quarenta e quatro) horas semanais de segunda a sexta-feira.
- 11.4. Não compartilhar os recursos humanos e materiais disponíveis na presente contratação para execução simultânea de outros contratos.
- 11.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 11.6. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 11.7. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010.
- 11.8. Disponibilizar à CONTRATANTE os empregados com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 11.9. A empresa contratada, em atendimento ao disposto na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT deverá apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017:
- Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade - RG e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
  - Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;
  - Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços;
  - Declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
  - Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.
- 11.10. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.
- 11.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
  - Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
  - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 11.12. Substituir, no prazo de 4 (quatro) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da CONTRATANTE, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;
- 11.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE.
- 11.14. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

11.15. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

11.16. Autorizar a Administração CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.17. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

11.18. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.

11.19. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração.

11.20. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

11.21. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

- Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

11.22. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato.

11.23. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

11.24. Fornecer, sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da CONTRATANTE.

11.25. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.26. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.27. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

11.28. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.29. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.30. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.31. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

11.32. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123/2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006.

11.33. Para efeito de comprovação da comunicação, a CONTRATADA deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

11.34. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

11.35. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.36. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

11.37. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.38. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.39. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.40. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.41. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.

11.42. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela

Lei nº 13.146, de 2015.

- 11.43. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- 11.44. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 11.45. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- O direito de propriedade intelectual dos produtos (atividades) desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
  - Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos (atividades) gerados na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 11.46. A cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, a CONTRATADA deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados:
- O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT;
  - Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros;
  - Não haverá pagamento adicional pela CONTRATANTE à CONTRATADA em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 11.47. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 11.48. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 11.49. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE.
- 11.50. Providenciar junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica - ARTs referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nº 6.496/1977 e nº 12.378/2010).
- 11.51. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 11.52. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados em desconformidade, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 11.53. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros.
- 11.54. Cumprir os prazos estipulados no Termo de Referência.
- 11.55. Responsabilizar-se exclusivamente sobre a seleção, a designação e a manutenção do quadro de profissionais alocados para a execução do contrato.
- 11.56. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 11.57. Satisfazer todos os requisitos constantes das Especificações Técnicas. As discrepâncias que porventura ocorram devem ser comunicadas à Fiscalização com a devida oportunidade.
- 11.58. Atender às solicitações emitidas pela fiscalização quanto ao fornecimento de informações e/ou documentação.
- 11.59. Manter, por si ou seus prepostos, em qualquer circunstância, elevado padrão de conduta, relacionamento e entendimento com a fiscalização da ANTT, as concessionárias e seus contratados e a opinião pública em geral.
- 11.60. Far-se-á presente em todas as reuniões convocadas pela ANTT, devidamente representada, ao menos, pelo Coordenador Geral da Equipe Técnica.
- 11.61. Manter atualizados seus dados cadastrais na ANTT.
- 11.62. A CONTRATADA deverá no desenvolvimento de suas atividades, procurar, sempre que possível adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme dispostas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis disponível no sítio da AGU, e além disso:
- Implementar práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilizar preferencialmente a fonte ecológica recomendada pela Advocacia Geral da União, que se encontra disponível para download no seguinte endereço eletrônico: [www.agu.gov.br/ecofont](http://www.agu.gov.br/ecofont);
  - Adotar o uso preferencialmente de papel não clorado na impressão de documentos e relatórios;
  - Adotar prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA nº 257/1999 ou norma que vier a sucedê-la;
  - Considerar nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação, empresas que tenham certificação ambiental e estimular a troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais.
- 11.63. Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

## 12. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

**13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que:

- sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- não haja prejuízo à execução do objeto pactuado, e;
- haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993.

14.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

14.3. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, e administrativa, de acordo com as seguintes disposições:

I - Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

II - Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

III - Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

14.4. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.5. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

14.6. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT:

I - No primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade - RG e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;
- c) Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

II - Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CND;
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

III - Entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

- a) Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
- b) Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;
- c) Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- d) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
- e) Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

IV - Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- d) Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

- 14.7. A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada no inciso IV acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 14.8. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 14.9. Sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos elencados no subitem 13.6 acima deverão ser apresentados.
- 14.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil - RFB.
- 14.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Superintendência Regional do Trabalho.
- 14.12. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 14.13. A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 14.14. Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:
- I - Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):
- a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;
  - b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;
  - c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;
  - d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria- CCT para cada um dos profissionais alocados;
  - e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;
  - f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual - EPI.
  - g) Nas vistorias em campo, obrigatoriamente, deverá a CONTRATADA fornecer aos seus empregados os EPI necessários, como por exemplo: coletes refletivos, capacete e botas.
  - h) No primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:
    - Relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade - RG e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
    - CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela CONTRATADA;
    - Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços;
    - Declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.
- II - Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):
- a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;
  - b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;
  - c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito - CND relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS - CRF e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;
  - d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666/1993.
- III - Fiscalização diária:
- a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto;
  - b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA;
  - c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.
- 14.15. Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.
- 14.16. O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da CONTRATADA.
- 14.17. A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.
- 14.18. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.
- 14.19. A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:
- a) Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
  - b) Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;
  - c) Cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

d) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

14.20. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o IMR, conforme modelo previsto no Anexo III ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.21. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.22. Para a delimitação da equipe mobilizada, bem como a sua produtividade, foram levados em consideração a estimativa média de produção de serviços semelhantes desempenhados na SUROD e suas gerências temáticas GEFIR, GEGEF e GERER, bem como técnicas empregadas pelos órgãos que atuam em serviços semelhantes.

14.23. Para a aferição da produtividade foram estabelecidos tempos padrão para atendimento das demandas diárias, valores que estão dispostos no Anexo III - IMR.

14.24. Cabe à Coordenação da CONTRATADA, informar à fiscalização eventos que impeçam ou dificultem o cumprimento dos prazos padrão estabelecidos.

14.25. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.26. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.27. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.28. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.29. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.30. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.31. O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.32. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.33. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve sub dimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

14.34. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.35. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

14.36. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666/1993.

14.37. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.38. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

14.39. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

14.40. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA.

14.41. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

14.42. A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

14.43. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

- a) A fiscalização transmitirá suas instruções por intermédio de anotações, especialmente quando verificadas imperfeições, falhas ou irregularidades nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- b) Caso suas instruções não sejam atendidas, a fiscalização deverá notificar o Gestor do Contrato;
- c) Recebendo a notificação da fiscalização, o Gestor do Contrato poderá instaurar processo administrativo para aplicação de penalidades.

14.44. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.45. Os servidores designados para o cumprimento da fiscalização deverão ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.46. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos arts. 77 e 87 da Lei nº 8.666/1993.

14.47. Na hipótese de comportamento contínuo da produtividade insatisfatória da prestação do serviço devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.48. A fiscalização do contrato poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços, todavia a avaliação da produtividade ocorrerá mensalmente com base nas informações constantes no Relatório Mensal, para cada uma das atividades.

#### 15. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO (RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO)

15.1. O critério de medição a ser utilizado será a quantidade de postos de trabalho que foram efetivamente ocupados e disponibilizados para a execução das atividades subsidiárias de apoio técnico no âmbito da SUROD e suas gerências temáticas, GEFIR, GEGER e GERER.

15.2. A aceitação e pagamento de cada parcela mensal estão condicionados ao atendimento dos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, decorrente do atendimento das demandas solicitadas no período, o que será objeto da avaliação de desempenho.

15.3. O prazo de entrega dos relatórios mensais contendo as atividades realizadas no mês anterior é de até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços.

15.4. Os relatórios mensais relativos ao último mês de vigência do contrato, deverão ser entregues no seguinte cronograma:

- No 30º (trigésimo) dia do mês de execução, no formato definitivo.

15.5. Em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei nº 8.666/1993, os relatórios deverão ser entregues ao Fiscal do Contrato, e por ele recebidos, quando considerados adequados, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

15.6. A ANTT realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.7. O prazo para a avaliação e o recebimento dos relatórios é de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da entrega dos mesmos.

15.8. Aos relatórios relativos ao último mês de vigência contratual tratados neste tópico, caberão a análise em até 5 (cinco) dias úteis.

15.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

15.10. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.11. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.12. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

15.13. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.15. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.16. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.17. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

- a) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- b) Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- c) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no IMR, ou instrumento substituto.

15.18. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002).

15.19. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

15.20. Os relatórios poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da licitante vencedora, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

15.21. Apenas será aceita, para efeitos de pagamento, a versão final de cada relatório mensal, que deve contemplar todas as adequações solicitadas pela ANTT e estar plenamente de acordo com as especificações deste Edital e do Termo de Referência.

15.22. O recebimento definitivo do objeto licitado está vinculado a aprovação de todos os relatórios mensais, no curso da vigência contratual e não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406/2002).

15.23. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da licitante vencedora pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

15.24. Somente com o recebimento (aprovação/aceitação) do relatório mensal e do recebimento dos relatórios decorrentes das demandas eventuais, poderá o fiscal autorizar a emissão Nota Fiscal/Fatura.

15.25. No caso das atividades eventuais solicitadas por demanda, a entrega e aprovação dos relatórios correspondentes, autorizará a emissão da correspondente Nota Fiscal/Fatura.

## 16. PAGAMENTO

16.1. O pagamento do serviço será feito em conformidade com o cronograma físico-financeiro anexo a este Termo de Referência.

16.2. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.3. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666/1993.

16.4. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento do serviço a ser comunicada pela fiscalização, conforme este Termo de Referência.

16.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666/1993.

16.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.7. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período de prestação dos serviços;
- e) O valor a pagar;
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

16.9. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) Não produziu os resultados acordados;
- b) Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.11. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

16.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.15. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

16.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.17. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

16.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, quando couber.

16.19. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.20. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

16.21. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

16.22. A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

16.23. Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

16.24. A CONTRATANTE providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da CONTRATADA que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº

95.247, de 17 de novembro de 1987.

16.25. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

- $EM = I \times N \times VP$ , sendo:
  - EM = Encargos moratórios;
  - N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
  - VP = Valor da parcela a ser paga.
  - I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
    - $I = f(TX) = (TX/100) / 365 = (6/100)/365 = 0,00016438$ , onde:
    - TX = Percentual da taxa anual = 6%.

## 17. CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

17.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP nº 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP nº 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

17.2. A futura CONTRATADA deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

17.3. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

17.4. A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da CONTRATADA, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela CONTRATANTE em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

17.5. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP nº 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

- 13º (décimo terceiro) salário;
- Férias e um terço constitucional de férias;
- Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa;
- Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

17.6. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP nº 5/2017.

17.7. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

17.8. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

17.9. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

17.10. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitem acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

17.11. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

17.12. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

17.13. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

17.14. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP nº 5/2017.

## 18. REPACTUAÇÃO

18.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuação, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 9.507/2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017.

18.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

18.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a) Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- b) Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;
- c) Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

18.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

18.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

18.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

18.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

- a) Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
- b) Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);
- c) Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.

18.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

18.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

18.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

18.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

18.12. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

18.13. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra em regime exclusivo de dedicação), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do IPCA, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 7 de fevereiro de 1994):

- $R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:
  - R = Valor do reajuste procurado;
  - V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;
  - $I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;
  - I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

18.14. A adoção do IPCA deu-se em virtude de para os insumos indicados não haver índice setorial específico, bem como ser o IPCA o mais conservador a ser aplicável.

18.15. No presente Termo de Referência, definem-se como insumos não decorrentes da mão de obra em regime de dedicação exclusiva todos as despesas eventuais (deslocamentos e diárias).

18.16. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.17. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.18. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.19. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

18.20. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

18.21. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- a) A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- b) Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- c) Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

- 18.22. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 18.23. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 18.24. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.
- 18.25. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.
- 18.26. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

## 19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 19.1. Os critérios serão estabelecidos no Edital de Licitação, em valor correspondente à 5% (cinco por cento) do valor contratual.
- 19.2. A garantia da execução contratual deverá, no mínimo, contemplar o período de análise dos últimos relatórios, conforme estabelece este Termo de Referência.

## 20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA que:
- Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
  - Ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - Falhar ou Fraudar na execução do contrato;
  - Comportar-se de modo inidôneo;
  - Cometer fraude fiscal;
  - Não mantiver a proposta.
- 20.2. Pela inexecução total ou parcial dos serviços, a ANTT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:
- I - Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- a) A Advertência será aplicada caso a CONTRATADA atinja, durante a vigência contratual, 01 (uma) vez a nota Insatisfatória, relativa a produtividade aferida no mês.
- II - Multa de:
- 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
  - 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
  - 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
  - 0,2% (dois décimos por cento) a 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo;
  - 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
  - As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- III - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- IV - Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;
- VI - A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no inciso IV deste item também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no item 19.1 deste Termo de Referência.
- 20.3. As sanções previstas nos itens I, III, IV e V poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas indicadas na sequência:

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA                              |
|------|--|
| 1    | 0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 2    | 0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 3    | 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 4    | 1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato |

5 | 3,2% por evento (ocorrência) sobre o valor mensal do contrato

| INFRAÇÃO                           |  |      |
|------------------------------------|--|------|
| ITEM                               | DESCRIÇÃO  | GRAU |
| 1                                  | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;  | 05   |
| 2                                  | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;  | 04   |
| 3                                  | Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;  | 03   |
| 4                                  | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;  | 02   |
| 5                                  | Autorizar a saída de profissional da equipe alocada, durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;  | 03   |
| 6                                  | Apresentar na avaliação de desempenho nível insatisfatório, em mais de um mês, na vigência contratual.   | 05   |
| Para os itens a seguir, deixar de: |  |      |
| 7                                  | Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;  | 01   |
| 8                                  | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;   | 02   |
| 9                                  | Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;   | 01   |
| 10                                 | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência; | 03   |
| 11                                 | Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;   | 01   |
| 12                                 | Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA   | 01   |

20.5. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA que:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.8. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.

20.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.15. Para efeito da verificação de reincidência, disposta no item 6 considerar-se-á o prazo compreendendo prazo inicial e suas prorrogações.

## 21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. No presente certame não será permitida a contratação de pessoas jurídicas que detenham contrato em vigor ou estejam prestando serviços afetos ao objeto descrito neste Termo de Referência, ou prestem outros serviços como a elaboração de projetos, estudos e serviços ambientais, estudos e serviços para desapropriação, às CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS SOB A GESTÃO DA ANTT.

21.4. O item 20.3 restringe a participação das empresas que estão sob contrato com as empresas concessionárias de rodovias federais, sob pena de uma mesma empresa ou consórcio gerenciar atividades no âmbito da SUROD com conflitos de interesse em relação a contratos privados com as referidas empresas.

21.5. As licitantes deverão apresentar no ato de suas propostas declaração onde conste o compromisso visando o atendimento do item 20.3.

21.6. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global de até **R\$ 38.724.543,60 (trinta e oito milhões, setecentos e vinte e quatro mil, quinhentos e quarenta e três reais e sessenta centavos)**, conforme orçamento referencial disposto no Anexo II a este Termo de Referência.

- 21.7. Os postos de trabalhos deverão ser preenchidos por profissionais contratados sob o regime da Convenção Coletiva de Trabalho - CLT, assim, não poderá ser contratado profissional como pessoa jurídica, inclusive o eventual substituto por ausências legais do titular do posto.
- 21.8. O salário base dos postos de trabalho não poderá ser menor que o piso salarial da categoria, conforme Convenção Coletiva de Trabalho - CCT.
- 21.9. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 21.10. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

#### **I - CAPACIDADE TÉCNICO OPERACIONAL**

- 21.11. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 21.12. A Licitante deverá apresentar certidão comprobatória de inscrição ou registro e regularidade da licitante e dos seus responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, da região a que estiver vinculada.
- 21.13. Em caso de consórcio de empresas essa documentação deverá ser apresentada individualmente para cada uma das empresas integrantes.
- 21.14. Declaração formal emitida pela licitante de que os profissionais componentes da equipe técnica, bem como os insumos para execução do serviço de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação.
- 21.15. Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos acima.
- 21.16. Todos os documentos apresentados ficarão anexados ao processo, sendo vedada sua retirada ou substituição.
- 21.17. A não apresentação de qualquer documento solicitado acima ou sua apresentação em desacordo com a forma e quantidades estipuladas, implicará na automática inabilitação da Licitante.
- 21.18. Em caso de consórcio a comprovação da capacidade técnica (Atestados) deste poderá ser fornecida, no todo ou em parte, por qualquer uma das consorciadas.
- 21.19. A Licitante deverá apresentar pelo menos (um) atestado (ou declaração) de capacidade técnica expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, para ao menos um dos itens, conforme quadro:

| DESCRIÇÃO | SERVIÇOS EXECUTADOS  | Nº MÍNIMO DE ATESTADOS |
|-----------|--|------------------------|
| 1         | Apoio e/ou Gerenciamento e/ou Assessoramento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização a Órgão Regulador e/ou Poder Concedente e/ou Órgão Fiscalizador e/ou Órgão Executor e/ou Concessionária de Rodovias abrangendo Empreendimentos e/ou Programas e/ou Projetos de Infraestrutura de Transportes Rodoviários, compreendendo: Acompanhamento de Serviços de Conservação e/ou Recuperação e/ou Manutenção e Operação da Rodovia e Operacionalização de Procedimentos de Fiscalização e Controle de Obras Rodoviárias, com extensão mínima de 1030 km. | 1                      |
| 2         | Apoio e/ou Gerenciamento e/ou Assessoramento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização a Órgão Regulador e/ou Poder Concedente e/ou Órgão Fiscalizador e/ou Órgão Executor e/ou Concessionária de Rodovias abrangendo Empreendimentos e/ou Programas e/ou Projetos de Infraestrutura de Transportes Rodoviários, compreendendo: Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica de Empreendimentos de Transportes Viários, com extensão mínima de 1030 km.  | 1                      |
| 3         | Apoio e/ou Gerenciamento e/ou Assessoramento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização a Órgão Regulador e/ou Poder Concedente e/ou Órgão Fiscalizador e/ou Órgão Executor e/ou Concessionária de Rodovias abrangendo Empreendimentos e/ou Programas e/ou Projetos de Infraestrutura de Transportes Rodoviários, compreendendo: Gestão de Controle de Informações Interna/ Externa dos Contratos; e/ou Apoio local ao Gerenciamento de Programa de Obras, com extensão mínima 1030 km.   | 1                      |

*Nota: (1) Nesta Licitação não há vedação ao somatório de quantitativos. (2) As extensões definidas referem-se a percentuais aproximados de 10% da extensão total atualmente concedida pela ANTT, a qual totaliza cerca de 10.300 km.*

- 21.20. A Licitante deverá relacionar os serviços compatíveis com o objeto da licitação executados pela empresa e anexar comprovação destes por intermédio de atestado e/ou certidão emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da mesma.
- 21.21. Deverá a Proponente apresentar somente o número de atestados exigidos para a comprovação da capacidade operacional e indicar com marca texto os itens que comprovarão as exigências
- 21.22. Serão desclassificadas as licitantes que não apresentarem documentos comprobatórios de atendimentos dos critérios mínimos indicados.

#### **II - CAPACIDADE TÉCNICO PROFISSIONAL**

- 21.23. A comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, da ficha de registro de empregado, de declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame, ou do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio.
- 21.24. O Coordenador Geral habilitado deverá ser obrigatoriamente o profissional que se responsabilizará pela execução dos serviços objeto da contratação. Havendo a impossibilidade para tal, deverá ser apresentada justificativa à CONTRATANTE e, por conseguinte, que poderá aceitar ou não novo profissional mediante a apresentação de atestado técnico compatível com o objeto a ser desenvolvido.
- 21.25. Deverão constar, obrigatoriamente, do atestado de capacidade técnica, em destaque, os seguintes dados:
- nome do profissional;
  - data de início e término dos serviços;
  - local de execução; nome do CONTRATANTE e da CONTRATADA;
  - descrição dos serviços e os quantitativos executados, quando couber.
- 21.26. O Coordenador Geral só poderá representar uma única empresa ou consórcio de empresas, sob pena de inabilitação das Licitantes.
- 21.27. A avaliação do profissional deverá atender a seguinte especificação contida no quadro abaixo.

| CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO COORDENADOR GERAL   |                                     |
|--|-------------------------------------|
| CATEGORIA PROFISSIONAL   | NÚMERO DE ATESTADO A SER COMPROVADO |
| Coordenador-Geral da Equipe –Engenheiro com experiência profissional em Serviços de Coordenação ou Responsabilidade Técnica em Apoio e/ou Gerenciamento e/ou Assessoramento e/ou Supervisão de empreendimentos lineares de infraestrutura de transportes terrestres (Rodovia ou Ferrovia), compreendendo: Planejamento, Verificação e Análise dos Serviços das Concessionárias nas Áreas de Projetos, Obras de Ampliação e Melhoramento, | 1 (um)                              |

Operação, Conservação e na Área Ambiental, Coordenação, Desenvolvimento de Controle de Obras, Procedimentos para a Análise da Documentação Técnica de Projetos e "As Built" e Análise Econômico (no período mínimo de 12 meses).

Nota: (1) Serão inabilitadas as propostas que não atingirem a qualificação requerida para o Coordenador Geral.

21.28. A comprovação da experiência requerida para fins de qualificação se dará por meio de atestados, os quais deverão constar o nome do profissional, o período do trabalho efetuado e o tipo de serviço prestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado e devidamente registrados nos Conselhos Regionais de Classes Profissionais correspondentes, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico - CAT.

21.29. Para a contagem do tempo de experiência haverá o desconto das sobreposições.

21.30. Para cada um dos serviços executados e relacionados, a título de experiência do Coordenador Geral, deverá ser anexado atestado e/ou certidão comprovando a execução dos mesmos.

21.31. Ditos atestados e/ou certidões, INDEPENDENTE DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL, deverão ser apresentados indicando que o profissional esteja listado entre os nomes apresentados e emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e devidamente certificados pelo Conselho Regional competente, quando pertinente, neles constando os contratos, nomes do contratado, do contratante, período e discriminação dos serviços.

21.32. De acordo com os serviços relacionados e comprovados, será avaliado o nível de experiência do Coordenador Geral para execução dos serviços.

21.33. Apresentar somente o número de atestados exigidos para a comprovação da capacidade técnica do Coordenador Geral e indicar com marca texto os itens que comprovarão as exigências.

21.34. O Coordenador Geral deverá comprovar sua formação, o tempo de formação exigido e a experiência mínima requerida para função.

21.35. Somente será aceito atestado de capacidade técnica em nome do Coordenador Geral, devidamente registrados nas entidades profissionais da região onde os serviços foram executados, acompanhados da respectiva CAT.

21.36. Em optando-se pela participação em Consórcio, deverá ser apresentado a documentação de um coordenador Geral representando o Consórcio.

## 22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

22.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

22.2. Os preços unitários que deram origem ao valor do orçamento referencial foram obtidos pelas seguintes fontes que constam em anexo ao presente Termo de Referência:

- [Tabela de Preços de Consultoria do DNIT](#) de janeiro 2021;
- Lei nº 4.950-A/1966;
- Valores estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho - CCT, quando houver;
- Pesquisa de preços de mercado.

22.3. Para efeito da formação do orçamento referencial, foi utilizada a CCT DF000687/2019 e CCT DF000542/2019 informada na planilha orçamentária.

22.4. Resultado da pesquisa de mercado para profissionais não abrangidos por pisos salariais.

22.5. Para passagens aéreas, locação de veículos e combustível para o deslocamento dos técnicos, foram utilizadas cotações em sites especializados, em pesquisas de preço realizadas em junho de 2021.

22.6. Para diárias foi utilizado o Anexo I do [Decreto nº 6.907, de 21 de julho de 2009](#).

22.7. Os valores apresentados neste Termo de Referência são apenas indicativos e servem para a formação do preço de referência, devendo a licitante elaborar a sua proposta de forma a refletir a realidade, obedecendo os pisos mínimos de cada categoria profissional, na região, bem como assumir integralmente todos os riscos decorrentes das variações do preço de referência ora indicado, seja em seus componentes, seja no valor global, ressaltando-se os reajustes e previsões legais.

22.8. Os serviços objeto desta licitação, são serviços vinculados à engenharia consultiva o que importa na mobilização de profissionais com diferentes níveis de experiência, adequados, portanto, aos diversos níveis de complexidade dos serviços a serem realizados.

22.9. Considerando a necessidade de uma equipe multidisciplinar, com níveis diversos de experiência, a CONTRATADA, para a definição das faixas salariais de todos os profissionais abrangidos por este Termo de Referência, deverá obedecer aos percentuais de diferenças entre os níveis de experiência contemplados nos postos, conforme a seguir:

- Profissionais da engenharia deverão ter seus salários propostos a partir do piso mínimo da categoria (CCT aplicável ou da Lei nº 4.950-a/1966) e obedecer os percentuais conforme metodologia disposta na [Tabela de Consultoria do DNIT](#);
- Profissional da contabilidade deverá ter seu salário a partir do piso mínimo da categoria (Convenção Coletiva de Trabalho SESCON/DF 2019/2020 - DF000542/2019) e obedecer os percentuais conforme metodologia disposta na [Tabela de Consultoria do DNIT](#);
- Profissionais cujos valores foram obtidos por meio de pesquisa de mercado, deverão ter seus salários propostos a partir dos valores estabelecidos como referenciais.

22.10. Deverá ser obedecido no preenchimento dos postos de trabalho de profissionais contratados sob o regime CLT os salários indicados na tabela abaixo.

| QUADRO SALARIAL |                               |  |
|-----------------|-------------------------------|--|
| ITEM            | DESCRIÇÃO                     | PISO SALARIAL  |
| 1               | ENGENHEIRO COORDENADOR        | Respeitar a proporcionalidade constante da Tabela de Consultoria do DNIT (= 1,7116 x piso mínimo do engenheiro - júnior) |
| 2               | ENGENHEIRO DE PROJETOS SÊNIOR | Respeitar a proporcionalidade constante da Tabela de Consultoria do DNIT (= 1,4503 x piso mínimo do engenheiro - júnior) |
| 3               | ENGENHEIRO DE PROJETOS PLENO  | Respeitar a proporcionalidade constante da Tabela de Consultoria do DNIT (= 1,1024 x piso mínimo do engenheiro - júnior) |
| 4               | ADMINISTRADOR JÚNIOR          | R\$ 3.784,84   |

|    |                                  |  |
|----|----------------------------------|--|
| 5  | ASSISTENTE ADMINISTRATIVO JÚNIOR | R\$ 6.241,49   |
| 6  | BACHAREL EM DIREITO JÚNIOR       | R\$ 4.405,08   |
| 7  | BACHAREL EM DIREITO SÊNIOR       | R\$ 7.584,67   |
| 8  | CONTADOR SÊNIOR                  | Respeitar a proporcionalidade constante da Tabela de Consultoria do DNIT (= 2,6402 x piso mínimo do contador - júnior) |
| 9  | ECONOMISTA SÊNIOR                | R\$ 8.223,33   |
| 10 | TÉCNICO ADMINISTRATIVO SÊNIOR    | R\$ 3.466,67   |
| 11 | TÉCNICO ADMINISTRATIVO PLENO     | R\$ 2.833,33   |

22.11. Para efeito da proposta deverá ser observado o que dispõe na CCT aplicável que abrange a atividade preponderante da futura CONTRATADA, bem como pelo fato de que as atividades serão desenvolvidas presencialmente em Brasília/DF.

22.12. Excepcionalmente, durante a pandemia do coronavírus (COVID-19), a forma de execução poderá ser realizada em regime de trabalho remoto, sem necessidade de comparecimento à repartição, resguardada a correta prestação dos serviços.

### 23. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

23.1. A dotação orçamentária da contratação será indicada no Edital.

### 24. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

24.1. O prazo de vigência do Contrato será de 30 (trinta) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante Termo Aditivo, com base no inciso II, art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

24.2. As demandas por deslocamento e diárias serão demandados por Ordens de Serviço Individualizadas e medidos mediante aprovação do relatório de viagem que poderá consistir em relatório de vistoria de campo e/ou memórias de reunião.

24.3. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- i. Anexo I – Estudo Técnico Preliminar da Contratação - ETP nº 043/2021 (SEI nº 8694778);
- ii. Anexo II – Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços e Cronograma Físico-Financeiro (SEI nº 8694740);
- iii. Anexo III – Instrumento De Medição De Resultado - IMR;
- iv. Anexo IV – Listagem das Categorias Profissionais que Integrarão a Equipe Técnica;
- v. Anexo V – Modelo de Currículo Sugerido;

| ASSINATURAS DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO  |                                 |
|--|---------------------------------|
| Nome: <b>Clauber Santos Campello</b>   | Matrícula/SIAPE: 1672971        |
| (datado e assinado eletronicamente)<br><b>Clauber Santos Campello</b>                          |                                 |
| Nome: <b>Vinicius Magnus Antonius Torquato de Araújo Lima</b>                                  | Matrícula/SIAPE: 1671807        |
| (datado e assinado eletronicamente)<br><b>Vinicius Magnus Antonius Torquato de Araújo Lima</b> |                                 |
| Nome: <b>Leonardo Mendonça de Oliveira</b>   | Matrícula/SIAPE: <b>1672915</b> |
| (datado e assinado eletronicamente)<br><b>Leonardo Mendonça de Oliveira</b>                    |                                 |

### APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PELA AUTORIDADE COMPETENTE

|  |                                 |
|--|---------------------------------|
| Nome: <b>André Luis Macagnan Freire</b>  | Matrícula/SIAPE: <b>1348665</b> |
| Considerando as justificativas apresentadas pelo setor demandante no documento por meio do qual solicita a abertura de processo licitatório em questão e no Termo de Referência, e tendo em vista que este contempla os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração com a contratação e os elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o objeto a ser contratado e orientar a execução e fiscalização contratual, assim como os demais elementos obrigatórios pertinentes exigidos no art. 3º, inciso XI, do Decreto nº 10.024/2019, APROVO o referido documento. |                                 |

(datado e assinado eletronicamente)

André Luis Macagnan Freire

## ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

DOCUMENTO SEI Nº 8694778

## ANEXO II - PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO (SEI nº 8694740)

| QUADRO RESUMO   |                                  |            |                            |                      |                        |                        |
|---|----------------------------------|------------|----------------------------|----------------------|------------------------|------------------------|
| DESPESAS FIXAS  |                                  |            |                            |                      |                        |                        |
| ITEM  | DESCRIÇÃO                        | QTD POSTOS | VALOR MENSAL DE CADA POSTO | VALOR MENSAL         | VALOR ANUAL (12 MESES) | VALOR TOTAL (30 MESES) |
|   |                                  | (UND)      | (R\$)                      | (R\$)                | (R\$)                  | (R\$)                  |
|   |                                  | [A]        | [B]                        | [C] = [A] X [B]      | [D] = [C] X 12         | [E] = [C] X 30         |
| 1   | ENGENHEIRO COORDENADOR           | 1          | R\$ 37.871,65              | R\$ 37.871,65        | R\$ 454.459,80         | R\$ 1.136.149,50       |
| 2   | ENGENHEIRO DE PROJETOS SÊNIOR    | 5          | R\$ 31.981,12              | R\$ 159.905,60       | R\$ 1.918.867,20       | R\$ 4.797.168,00       |
| 3   | ENGENHEIRO DE PROJETOS PLENO     | 27         | R\$ 24.370,48              | R\$ 658.002,96       | R\$ 7.896.035,52       | R\$ 19.740.088,80      |
| 4   | ADMINISTRADOR JÚNIOR             | 1          | R\$ 9.321,88               | R\$ 9.321,88         | R\$ 111.862,56         | R\$ 279.656,40         |
| 5   | ASSISTENTE ADMINISTRATIVO JÚNIOR | 8          | R\$ 14.903,44              | R\$ 119.227,52       | R\$ 1.430.730,24       | R\$ 3.576.825,60       |
| 6   | BACHAREL EM DIREITO JÚNIOR       | 4          | R\$ 10.731,08              | R\$ 42.924,32        | R\$ 515.091,84         | R\$ 1.287.729,60       |
| 7   | BACHAREL EM DIREITO SÊNIOR       | 4          | R\$ 17.955,16              | R\$ 71.820,64        | R\$ 861.847,68         | R\$ 2.154.619,20       |
| 8   | CONTADOR SÊNIOR                  | 2          | R\$ 23.424,64              | R\$ 46.849,28        | R\$ 562.191,36         | R\$ 1.405.478,40       |
| 9   | ECONOMISTA SÊNIOR                | 3          | R\$ 19.406,21              | R\$ 58.218,63        | R\$ 698.623,56         | R\$ 1.746.558,90       |
| 10  | TÉCNICO ADMINISTRATIVO SÊNIOR    | 5          | R\$ 8.757,03               | R\$ 43.785,15        | R\$ 525.421,80         | R\$ 1.313.554,50       |
| 11  | TÉCNICO ADMINISTRATIVO PLENO     | 5          | R\$ 7.342,30               | R\$ 36.711,50        | R\$ 440.538,00         | R\$ 1.101.345,00       |
| VALOR TOTAL DAS DESPESAS FIXAS                        |                                  |            |                            | R\$ 1.284.639,13     | R\$ 15.415.669,56      | R\$ 38.539.173,90      |
| DESPESAS EVENTUAIS                                    |                                  |            |                            |                      |                        |                        |
| ITEM  | DESCRIÇÃO                        | QTD        | VALOR UNITÁRIO             | VALOR MENSAL         | VALOR ANUAL (12 MESES) | VALOR TOTAL (30 MESES) |
|   |                                  | (30 MESES) | (R\$)                      | (R\$)                | (R\$)                  | (R\$)                  |
|   |                                  | [A]        | [B]                        | [C] = [A] X [B] / 30 | [D] = [C] X 12         | [E] = [C] X 30         |
| 12  | DESLOCAMENTO AÉREO               | 90         | R\$ 1.577,08               | R\$ 4.731,24         | R\$ 56.774,88          | R\$ 141.937,20         |
| 13  | DESLOCAMENTO TERRESTRE           | 5          | R\$ 638,86                 | R\$ 106,48           | R\$ 1.277,72           | R\$ 3.194,30           |
| 14  | DIÁRIAS                          | 190        | R\$ 211,78                 | R\$ 1.341,27         | R\$ 16.095,28          | R\$ 40.238,20          |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS EVENTUAIS (R\$)                 |                                  |            |                            | R\$ 6.178,99         | R\$ 74.147,88          | R\$ 185.369,70         |
| VALOR REGULAR DOS SERVIÇOS + DESPESAS EVENTUAIS (R\$) |                                  |            |                            | R\$ 1.290.818,12     | R\$ 15.489.817,44      | R\$ 38.724.543,60      |
| VALOR GLOBAL PARA 30 MESES (R\$)                      |                                  |            |                            |                      |                        | R\$ 38.724.543,60      |

## ANEXO III - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

## I. DA DEFINIÇÃO

- Este documento apresenta os critérios de medição de resultado, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.
- A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente a execução do objeto por meio do Instrumento de Medição de Resultado - IMR, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos e nas avaliações apresentadas pelos setores da área demandante, sempre que a contratada:
  - Não produzir os resultados com os níveis de conformidade exigidos neste instrumento;
  - Não apresentar de maneira satisfatória e com alta qualidade os indicadores apresentados;
- A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;
- O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto, da contratada, relatório sintético de avaliação da qualidade do serviço.
- O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.
- Sempre que desejar, a contratada poderá solicitar os relatórios individuais dos setores avaliados.
- A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade ou intempestivo, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;
- Na hipótese de comportamento reiterado de desconformidade na prestação do serviço em relação à qualidade exigida, pondo em risco a execução, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

10. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços de que tratam os itens 2 e 3 deste instrumento;
11. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária ou semanal quando o último relatório apresentado demonstrar elevados índices de desconformidades em relação aos indicadores.
12. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos neste anexo, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

## II. DOS INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO

13. Conforme disposto no Termo de Referência, haverá ao longo da execução contratual, a avaliação relativa ao desempenho (produtividade da contratada).
14. Para tal aferição foram considerados como critério de eficiência, o atendimento às demandas diárias com pontualidade e técnica adequada.
15. Conforme consta no Estudo Técnico Preliminar, o levantamento das necessidades levou em consideração a estimativa histórica dos serviços prestados no âmbito da Assessoria Técnica da SUROD, GEFIR, GEGEF e GERER.
16. Ressaltamos que em linhas gerais, a maioria das tarefas previstas nas atividades objeto deste termo de referência não possuem características que permitam a definição objetiva de prazos de atendimento, já que apresentam grande amplitude no escopo e natureza dos serviços prestados. Dessa forma, para formação do IMR serão consideradas algumas tarefas que possam ser objetivamente medidas e que possuem alta relevância técnica para cada gerência ou Assessoria Técnica da SUROD, quais sejam:
- Para a GEFIR será considerada a tarefa de elaboração de documentos técnicos nas duas etapas das revisões de tarifa básica de pedágio de competência da GEFIR (Atividade 7).
  - Para a GEGEF, será considerada a tarefa de elaboração de documentos técnicos nas duas etapas das revisões de tarifa básica de pedágio de competência da GEGEF (Atividade 7) e a tarefa Suporte Técnico para análise da Regularidade Fiscal/Tributária/Contratual de natureza financeira e econômica (Atividade 13).
  - Para a GERER, será considerada a tarefa de análise e elaboração de documentos na gestão dos projetos de Recursos de Desenvolvimento Tecnológico – RDT (Atividade 16)
  - Para a Assessoria da SUROD será considerada a elaboração de respostas de ouvidoria mediante o Sistema de Informação ao cidadão, bem como respostas de solicitação de informações aos parlamentares federais (Atividade 3).
17. Ressaltamos que os prazos de atendimentos consideraram que o profissional não exercerá de forma exclusiva a tarefa, podendo exercer concomitantemente outras tarefas necessárias para as atividades diárias de cada gerência.
18. Desse modo, a Contratada deverá observar, para o cumprimento das demandas diárias, desenvolvidas em caráter rotineiro, os prazos dispostos conforme o quadro a seguir:

| SÍNTESE DAS ATIVIDADES DE APOIO TÉCNICO - IMR   |                  |                      |
|---|------------------|----------------------|
| Tarefa Avaliada   | Órgão            | Prazo de Atendimento |
| Suporte Técnico na elaboração de documentos Técnicos na Revisão de Tarifa Básica de Pedágio de Competência da GEFIR – 1ª manifestação técnica | GEFIR            | 22 dias úteis        |
| Suporte Técnico na elaboração de documentos Técnicos na Revisão de Tarifa Básica de Pedágio de Competência da GEFIR – 2ª manifestação técnica | GEFIR            | 11 dias úteis        |
| Suporte Técnico na elaboração de documentos Técnicos na Revisão de Tarifa Básica de Pedágio de Competência da GEGEF – 1ª manifestação técnica | GEGEF            | 15 dias úteis        |
| Suporte Técnico na elaboração de documentos Técnicos na Revisão de Tarifa Básica de Pedágio de Competência da GEGEF – 2ª manifestação técnica | GEGEF            | 15 dias úteis        |
| Suporte Técnico para análise da Regularidade Fiscal/Tributária/Contratual de natureza financeira e econômica                                  | GEGEF            | 22 dias úteis        |
| Suporte Técnico nas respostas em demandas em processo de solicitação de informações de cidadão e de parlamentares federais com prazo          | ASSESSORIA SUROD | 10 dias úteis        |
| Suporte Técnico na análise de processos de Recursos de Desenvolvimento Tecnológico - RDT  | GERER            | 15 dias úteis        |

19. O indicador a ser aplicado está descrito a seguir:

| INDICADOR - EXECUÇÃO DOS RELATÓRIOS TÉCNICOS |  |
|--|--|
| ITEM   | DESCRIÇÃO  |
| Finalidade                                   | Garantir a prestação dos serviços de forma satisfatória, no prazo e na qualidade requerida de modo a alcançar o objetivo da contratação. |
| Meta a cumprir                               | Cumprimento dos serviços integrantes das atividades conforme a meta de tempo médio por relatório definido neste instrumento.             |

23/11/2021 15:11

SEI/ANTT - 8694450 - TERMO DE REFERÊNCIA- SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA

|                              |  |
|------------------------------|--|
|                              |  |
| Instrumento de Medição       | Planilha de cálculo e controle.  |
| Forma de acompanhamento      | Verificação mensal por parte da fiscalização do cumprimento dos prazos estabelecidos de execução, conforme relatórios técnicos apresentados (concluídos) e tecnicamente aceitos pela fiscalização. A contagem do tempo se inicia a partir do recebimento do processo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI pelo colaborador ou grupo de colaboradores.  |
| Periodicidade                | Mensal   |
| Mecanismo de cálculo         | Ao final de cada mês será verificada a quantidade de relatórios finalizados e o tempo decorrido para realização de cada relatório. O prazo será contabilizado em dias úteis. O tempo médio por relatório será calculado a partir da somatória dos tempos gastos em cada relatório, dividido pelo total de relatórios produzidos e aceitos no período. Com o resultado do tempo médio, será calculada a razão entre o tempo médio previsto e o tempo médio apurado. |
| Início da Vigência           | 30 (trinta) dias após o início das atividades.   |
| Faixa de ajuste no Pagamento | Nível de Conformidade de Produtividade - NCP, entre:<br>95,01% e 97,50% - 0,25% de desconto<br>92,51% e 95,00% - 0,5% de desconto<br>90,01% e 92,50% - 1,0% de desconto<br>87,51% e 90,00% - 1,5% de desconto<br>85,01% e 87,50% - 2,0% de desconto<br>Abaixo de 85,00% - 2,5% de desconto   |
| Sanções                      | Conforme contrato.   |

| INDICADOR 2 - NÍVEL DE CONFORMIDADE DE PRODUÇÃO - NCR |  |
|---|--|
| ITEM  | DESCRIÇÃO  |
| Finalidade  | Garantir a quantidade de serviços, na meta requerida de modo a alcançar a produção esperada da contratação.  |
| Meta a cumprir  | Cumprimento dos serviços integrantes das atividades conforme prazos definidos pela contratante (critérios de complexidade), dentro dos limites da capacidade produtiva alocada, observando as condições contratuais.   |
| Instrumento de Medição                                | Planilha de controle com prazo planejado e realizado por tarefa.   |
| Forma de acompanhamento                               | Verificação mensal por parte da fiscalização do cumprimento da quantidade de relatórios estabelecidos na execução, conforme relatórios técnicos apresentados (concluídos) e tecnicamente aceitos pela fiscalização.  |
| Periodicidade   | Mensal   |
| Mecanismo de cálculo                                  | Ao final de cada mês será verificado o percentual de execução dentro do prazo das ações demandadas no mês (relatórios técnicos), até o limite produtivo da equipe alocada, considerando a tipologia de cada atividade e se o mesmo foi aceito pelo respectivo fiscal.  |
| Início da Vigência                                    | Data do início da execução dos serviços  |
| Faixa de ajuste no Pagamento                          | Nível de Conformidade de Produção - NCR, entre:<br>95,01% e 97,50% - 0,5 % de desconto<br>92,51% e 95,00% - 1,0 % de desconto<br>90,01% e 92,50% - 1,5 % de desconto<br>87,51% e 90,00% - 2,0 % de desconto<br>85,01% e 87,50% - 2,5 % de desconto<br>Abaixo de 85,00% - 3,0 % de desconto   |
| Sanções   | Caso ocorra desempenho Insatisfatório em mais de uma ocasião na vigência do contrato, será avaliada a possibilidade de adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993; ou a possibilidade de instauração de processo de apuração conforme Termo de Referência. |

III. DOS RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO

20. Assim, em cada um dos relatórios mensais entregues deverá ser informado, de forma analítica o percentual da execução das ações demandadas para a equipe mobilizada, comparando os prazos previstos e realizados, com as devidas justificativas.
21. Os fiscais ficarão encarregados da avaliação mensal da qualidade do serviço.

| RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS |  |
|--|--|
| Responsável pela avaliação:                      |  |
| Período avaliativo:                              |  |
| Indicador: Execução dos Relatórios Técnicos      |  |
| Atividades desenvolvidas no                      |  |

|  |  |         |  |
|--|--|---------|--|
| período  |  |         |  |
| Relato dos fatos que ensejaram o descumprimento da conformidade técnica e dos prazos estabelecidos   |  |         |  |
| Pontuação total alcançada no Indicador   | Fórmula a ser aplicada                   | Cálculo |  |
|  | (Quantidade DCP / Quantidade DPM ) * 100 |         |  |
| DCP = Demandas concluídas dentro do prazo previsto, no mês vigente, mesmo que iniciadas no mês anterior.<br>DPM = Demandas totais passíveis de conclusão no mês vigente, mesmo que iniciadas nos meses anteriores.   |  |         |  |
| Nota: (1) São consideradas no compute as demandas concluídas em conformidade técnica, avaliadas e aceitas pelo fiscal no período vigente.<br>(2) As Demandas concluídas serão evidenciadas através dos relatórios emitidos e assinados pelos colaboradores no SEI. |  |         |  |
| <div style="text-align: right;"> <u>(assinatura e carimbo)</u><br/>         Fiscal Técnico       </div>  |  |         |  |

## IV. DAS FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

24. Os Níveis de Conformidade devem ser averiguados para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

25. A aplicação concomitante dos Níveis de Conformidade resultará em um unificado Percentual de Desconto sobre o Valor Total da Fatura.

26. Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pelo Nível de Conformidade de Produtividade do serviço, conforme apresentado nos quadros abaixo.

| NÍVEIS DE CONFORMIDADE | PERCENTUAIS DE DESCONTO SOBRE O VALOR TOTAL DA FATURA |
|------------------------|---|
| 95,01% e 97,50%        | 0,5 %   |
| 92,51% e 95,00%        | 1,0 %   |
| 90,01% e 92,50%        | 1,5 %   |
| 87,51% e 90,00%        | 2,0%  |
| 85,01% e 87,50%        | 2,5 %   |
| Abaixo de 85,00%       | 3,0 %   |

| RELATÓRIO SINTÉTICO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO – (MÊS/ANO)   |   |
|---|---|
| Prezados Senhores,  |   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>Considerando as informações apresentadas, encaminho relatório sintético para ciência.</li> <li>Caso o Nível de Conformidade encontre-se abaixo dos 97,50% a glosa ocorrerá no mês subsequente ao mês de referência deste relatório.</li> </ul> |   |
| NÍVEIS DE CONFORMIDADE - Execução dos Relatórios Técnicos   | TOTAL   |
| Nível de Conformidade   | %   |
|   |   |
| NÍVEIS DE CONFORMIDADE (NCP, NCR, CNQ)  | PERCENTUAIS DE DESCONTO SOBRE O VALOR TOTAL DA FATURA |
| 95,01% e 97,50%   | 0,5 %   |
| 92,51% e 95,00%   | 1,0 %   |
| 90,01% e 92,50%   | 1,5 %   |
| 87,51% e 90,00%   | 2,0 %   |
| 85,01% e 87,50%   | 2,5 %   |
| Abaixo de 85,00%  | 3,0 %   |
| PERCENTUAL TOTAL DE DESCONTO A SER APLICADO   |   |
| Desconto  | %   |
| <div style="text-align: right;"> <u>(assinatura e carimbo)</u><br/>         Fiscal Técnico       </div>   |   |

**ANEXO IV - MODELO DE CURRÍCULO SUGERIDO****CURRÍCULO PADRÃO - Todos os itens são de preenchimento obrigatório**

| 1. DADOS PESSOAIS   |                        |  |            |
|---|------------------------|--|------------|
| Nome Completo:  |                        |  |            |
| Endereço:   |                        |  |            |
| Cidade/Estado:  |                        | CEP:                                       |            |
| Telefone Celular:   |                        | Telefone Residencial:                      |            |
| E-mail:   |                        | Data de Nascimento:                        |            |
| 1.1 DADOS DA SELEÇÃO  |                        |  |            |
| Edital para o qual se candidata:  |                        |  |            |
| Nome do cargo pretendido:   |                        |  |            |
| 2. FORMAÇÃO ACADÊMICA   |                        |  |            |
| Curso:  |                        |  |            |
| Tipo de Formação:   | ( ) Tecnólogo          | ( ) Graduação                              | ( ) Outros |
| Instituição de Ensino:  |                        |  |            |
| Data de Início (dd/mm/aa):  |                        | Data de Conclusão (dd/mm/aa):              |            |
| 3. PÓS-GRADUAÇÃO  |                        |  |            |
| 3.1. Stricto Sensu  |                        |  |            |
| Tipo:   | ( ) Mestrado           | ( ) Doutorado                              |            |
| Área:   |                        |  |            |
| Título:   |                        |  |            |
| Instituição de Ensino:  |                        |  |            |
| Data de Início (dd/mm/aa):  |                        | Data de Conclusão (dd/mm/aa):              |            |
| 3.2. Lato Sensu   |                        |  |            |
| Área:   |                        |  |            |
| Instituição de Ensino:  |                        |  |            |
| Data de Início (dd/mm/aa):  |                        | Data de Conclusão (dd/mm/aa):              |            |
| 4. VINCULO EMPREGATÍCIO ATUAL - preencher um item.  |                        |  |            |
| ( ) Servidor Público Ativo Federal  |                        | ( ) Servidor Público Ativo Estadual        |            |
| ( ) Servidor Público Ativo Municipal  |                        | ( ) Servidor Público Inativo, Especificar: |            |
|   | Exoneração (dd/mm/aa): | Aposentadoria (dd/mm/aa):                  |            |
| ( ) Consultor por meio de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais (PNUD, UNESCO, OEI, Unicef, etc.) Especificar: |                        |  |            |
| ( ) Vigente   | Início (dd/mm/aa):     | Término (dd/mm/aa):                        |            |
| ( ) Encerrado   | Início (dd/mm/aa):     | Término (dd/mm/aa):                        |            |
| ( ) Funcionário de Empresa Estatal  |                        | ( ) Funcionário de Empresa Privada         |            |
| ( ) Sem vínculo Empregatício  |                        |  |            |
| ( ) Outros. Especificar:  |                        |  |            |
|   |                        |  |            |

| 5. EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS   |  |                   |  |                        |  |
|---|--|-------------------|--|------------------------|--|
| Específicas relacionadas com o edital:  |  |                   |  |                        |  |
| <b>Empregador 1:</b>  |  |                   |  |                        |  |
| Início<br>(dd/mm/aa):   |  | Saída (dd/mm/aa): |  | Tempo<br>(nº de anos e |  |
| Cargo / Função:   |  |                   |  |                        |  |
| Descrição das atividades gerais desempenhadas:  |  |                   |  |                        |  |
| <b>Empregador 2:</b>  |  |                   |  |                        |  |
| Início<br>(dd/mm/aa):   |  | Saída (dd/mm/aa): |  | Tempo<br>(nº de anos e |  |
| Cargo / Função:   |  |                   |  |                        |  |
| Descrição das atividades gerais desempenhadas:  |  |                   |  |                        |  |
| <b>Empregador 3:</b>  |  |                   |  |                        |  |
| Início<br>(dd/mm/aa):   |  | Saída (dd/mm/aa): |  | Tempo<br>(nº de anos e |  |
| Cargo / Função:   |  |                   |  |                        |  |
| Descrição das atividades gerais desempenhadas:  |  |                   |  |                        |  |
| <b>Empregador 4:</b>  |  |                   |  |                        |  |
| Início<br>(dd/mm/aa):   |  | Saída (dd/mm/aa): |  | Tempo<br>(nº de anos e |  |
| Cargo / Função:   |  |                   |  |                        |  |
| Descrição das atividades gerais desempenhadas:  |  |                   |  |                        |  |
| <b>Empregador 5:</b>  |  |                   |  |                        |  |
| Início<br>(dd/mm/aa):   |  | Saída (dd/mm/aa): |  | Tempo<br>(nº de anos e |  |
| Cargo / Função:   |  |                   |  |                        |  |
| Descrição das atividades gerais desempenhadas:  |  |                   |  |                        |  |
| <b>Empregador 6:</b>  |  |                   |  |                        |  |
| Início<br>(dd/mm/aa):   |  | Saída (dd/mm/aa): |  | Tempo<br>(nº de anos e |  |
| Cargo / Função:   |  |                   |  |                        |  |
| Descrição das atividades gerais desempenhadas:  |  |                   |  |                        |  |
| 6. OUTRAS INFORMAÇÕES   |  |                   |  |                        |  |
| <p><i>Descrever, de forma clara e concisa as 02 (duas) realizações profissionais mais importantes / com êxitos nas áreas mencionadas no item nº (Experiências Profissionais). Limite 20 linhas.</i></p> |  |                   |  |                        |  |

**ANEXO V - LISTAGEM DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS QUE INTEGRARÃO A EQUIPE TÉCNICA**

- (01) Coordenador Geral - Profissionais de Nível Superior Sênior (Engenheiro Civil);
- (05) Profissionais de Nível Superior Sênior (Engenheiro Civil);
- (27) Profissionais de Nível Superior Pleno, (Engenheiro Civil);
- (03) Profissional de Nível Superior Sênior (Economista);
- (02) Profissional de Nível Superior Sênior (Contador);
- (04) Profissionais de Nível Superior Sênior (Bacharel em Direito);

- (04) Profissionais de Nível Superior Júnior (Bacharel em Direito);
- (01) Profissionais de Nível Superior Júnior (Administrador);
- (08) Profissionais de Nível Superior Júnior (Assistente Administrativo);
- (05) Profissionais de Nível Técnico Sênior (Nível Médio Completo);
- (05) Profissionais de Nível Técnico Pleno (Nível Médio Completo);



Documento assinado eletronicamente por **CLAUBER SANTOS CAMPELLO, Gerente Substituto (a)**, em 08/11/2021, às 08:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VINICIUS MAGNUS ANTONIUS TORQUATO DE ARAUJO LIMA, TÉCNICO EM REGULAÇÃO**, em 08/11/2021, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO MENDONÇA DE OLIVEIRA, ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO**, em 08/11/2021, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE LUIS MACAGNAN FREIRE, Assinado Sistema Integrado**, em 08/11/2021, às 13:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.antt.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **8694450** e o código CRC **41DB2B02**.

# Estudo Técnico Preliminar 43/2021

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 50500.045574/2021-87

## 2. Introdução

A presente análise tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da contratação dos serviços de Contratação de **SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE APOIO EM ENGENHARIA CONSULTIVA, GERENCIAMENTO E OPERAÇÃO DAS DEMANDAS DOS EMPREENDIMENTOS DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS PREVISTOS NAS RODOVIAS FEDERAIS OUTORGADAS À EXPLORAÇÃO DA INICIATIVA PRIVADA, NO ÂMBITO DA SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA – SUROD**, bem como fornecer informações necessárias para subsidiar o respectivo processo.

## 3. Descrição da necessidade

Atualmente, conforme verifica-se do site <https://portal.antt.gov.br/concessionarias>, a ANTT administra 22 (vinte e dois) contratos de concessão de rodovias federais, totalizando aproximadamente 10.354 km de extensão de rodovias concedidas.

Além disso, de acordo com o site <https://portal.antt.gov.br/novos-projetos-em-rodovias>, estão sendo estudados atualmente 12 (doze) novos projetos de concessão de rodovias, que totalizam mais de 17.000 km de rodovias.

Ressalta-se que caso ocorra a privatização de todos esses trechos de rodovias, poderá ampliar em mais de 50% a quantidade de contrato de concessão que deverá ser gerenciado pela equipe técnica da SUROD e suas demais gerências, Gerência de Fiscalização e Investimentos de Rodovias - GEFIR, a Gerência de Regulação Rodoviária - GERER e Gerência de Gestão Econômica - Financeira - GEGEF.

Destaca-se que já foi realizado o leilão da concessão da BR-153/414/080/TO/GO, conforme noticiado no site <https://portal.antt.gov.br/br-153-414-080-to-go>, e sendo assim, nos próximos meses, este novo ativo passará a compor a carteira de concessões da ANTT.

Nota-se assim, além da grande malha viária abrangida atualmente, a intenção do Governo Federal de franca expansão da atividade, sendo que os serviços a serem contratados incidirão sobre os trechos das rodovias federais sob a responsabilidade atual da ANTT, bem como os trechos de concessão que forem eventualmente contratados em data posterior ao início do presente contrato administrativo, mesmo não havendo aumento do quantitativo relevante de mão de obra em relação ao contrato vigente.

Além das atividades regulares de gestão dos contratos de concessão, prestação de informações por demandas dos órgãos externos à ANTT que afetam a SUROD e suas gerências GEFIR, GEGEF e GERER, temos também diversos processos judiciais e arbitrais em andamento no âmbito da SUROD, que envolvem valores vultosos e que necessitam de apoio

na análise do corpo técnico. No quadro abaixo, estão relacionados os procedimentos arbitrais que temos conhecimento.

Estabelece a Deliberação ANTT nº 270/2020 que a SUOD está dividida em quatro gerências temáticas, quais sejam: Gerência de Engenharia e Meio Ambiente de Rodovias – GEENG, Gerência de Fiscalização e Investimentos de Rodovias - GEFIR, Gerência de Gestão Econômica Financeira - GECEF e Gerência de Regulação Rodoviária - GERER, possuindo ainda um assessoramento técnico de apoio no âmbito da SUOD:

Como a GEENG está fase de contratação em processo específico para utilização de mão de obra exclusiva, este termo de referência se refere apenas a assessoria técnica da SUOD e as demais gerências GEFIR, GERER e GECEF.

De acordo com o Regimento Interno da ANTT - Resolução ANTT nº 5.888/2020 - as competências da SUOD estão traduzidas a seguir:

- I - propor a regulamentação sobre a infraestrutura rodoviária federal concedida;
- II - fiscalizar as condições da infraestrutura rodoviária federal concedida;
- III - fiscalizar a execução dos contratos de concessão rodoviária; IV - propor a autorização dos programas de investimentos e fiscalizar sua execução;
- V - definir o nível de serviço da infraestrutura das concessões rodoviárias;
- VI - propor a regulamentação e autorização do uso das faixas de domínio;
- VII - harmonizar interesses entre os concessionários, os usuários da infraestrutura e as populações lindeiras;
- VIII - fiscalizar a arrecadação de tarifas de pedágios e receitas complementares na infraestrutura outorgada;
- IX - organizar o atendimento aos usuários da infraestrutura rodoviária federal concedida;
- X - acompanhar as inovações tecnológicas e sugerir políticas que aprimorem a prestação dos serviços;
- XI - articular com governos e entidades governamentais no âmbito da execução das atividades de exploração de infraestrutura rodoviária federal concedida;
- XII - propor à direção da ANTT regulamentações específicas que propiciem o desenvolvimento dos serviços e o melhor atendimento das necessidades de movimentação de bens e pessoas na infraestrutura rodoviária federal concedida;
- XIII - elaborar e submeter à Diretoria Colegiada as propostas de reajuste e revisão de tarifas da exploração das concessões rodoviárias federais;
- XIV - acompanhar o desempenho econômico e financeiro do setor de transportes terrestres no âmbito de suas competências, assegurando o cumprimento das normas e dos instrumentos de outorga, fiscalizando as cláusulas econômico-financeiras das outorgas e aplicando as devidas penalidades;
- XV - apoiar as autoridades competentes nas questões relativas à exploração de infraestruturas rodoviárias, no âmbito do transporte internacional;

XVI - aprovar e acompanhar a implantação dos projetos de infraestrutura de transporte rodoviário, bem como realizar o acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental; e

XVII - analisar e avaliar as propostas de ações que impliquem ou possam resultar em reestruturações societárias, transferências de controle acionário, alienações e extinções de outorgas, no que couber, comunicando ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica fatos que configurem ou possam configurar infração à ordem econômica.

No desempenho de suas atividades a Superintendência de Infraestrutura Rodoviária tem o apoio da Gerência de Gestão Econômico-Financeira de Rodovias - GEGEF, a Gerência de Fiscalização e Investimentos de Rodovias - GEFIR, a Gerência de Engenharia e Meio Ambiente de Rodovias – GEENG e a Gerência de Regulação Rodoviária- GERER.

A competência VI e XVI se refere a atividades típicas da GEENG, que está em fase de elaboração de projeto de contratação específico. As demais competências são inerentes às atividades realizadas no âmbito da assessoria técnica da SUOD e as demais gerências.

Nessa esteira, informamos que é usual grande quantidade de documentos e processos que são geridos por essas pela SUOD e suas gerências organizacionais objeto deste contrato, demonstrando ser necessário a adequada quantidade de colaboradores para a prestação adequadas dos serviços.

Ademais, temos que também não só a alta carga de trabalho, mas também a pequena quantidade de servidores efetivos lotados na Assessoria Técnica da SUOD e na GEFIR, GEGEF e GERER também corrobora a necessidade da contratação, a qual conta atualmente com 30 (trinta) servidores distribuídos entre suas unidades organizacionais.

Assim, propõe-se a contratação de empresa técnica especializada para servir como força de trabalho auxiliar, com vistas a apoiar a realização das atividades inerentes às atribuições dessas unidades organizacionais da SUOD, conforme dispõe a Resolução ANTT nº 5.888 /2020, Deliberação ANTT nº 270/2020 e Portaria SUOD nº 86/2020, devendo tais serviços serem prestados de maneira continuada, haja vista sua perene necessidade e os relevantes impactos para a ANTT, em decorrência de sua eventual indisponibilidade.

Reforça-se o entendimento que a natureza do serviço à ser prestado pela mão de obra terceirizada objeto da presente proposta de contratação obedece aos princípios e diretrizes do § 1º do art. 3º do Decreto nº 9.507/2018, aplicável a toda a Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e sociedades de economia mista, em que explicita que somente poderão ser objeto de execução indireta “Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado”.

As atividades que serão desempenhadas pelos futuros contratados tratam-se de atividades de caráter auxiliar, instrumental e acessória para auxiliar os servidores da ANTT em seu processo de tomada de decisão nas atividades de sua competência, inclusive não se enquadrando em nenhuma das hipóteses proibidas no art. 3º do Decreto nº 9.507/2018.

Nessa esteira, resta claro que as atividades relacionadas ao serviço a ser contratado não importam em tomada de decisão tampouco fiscalização e regulação, as quais são atividades realizadas exclusivamente por Especialistas em Regulação e Técnicos em

regulação, servidores do quadro de pessoal da ANTT, sendo a mão de obra terceirizada apenas apoio técnico que realizam atividades auxiliares ao corpo de servidores públicos da SUROD no cumprimento de suas obrigações institucionais.

- Atividades subsidiárias ou auxiliares na elaboração, revisão e acompanhamento de indicadores de desempenho da SUROD e suas gerências;
- Atividades subsidiárias ou auxiliares na elaboração e acompanhamento dos projetos previstos no âmbito da SUROD presentes na agenda regulatória da ANTT;
- Atividades subsidiárias ou auxiliares na prospecção de informações e elaboração de respostas e questionamentos da ouvidoria, Diretoria, Ministério Público, Justiça, Ministério supervisor, Tribunal Arbitral e órgãos de controle externo e interno em que a SUROD está jurisdicionada;
- Atividades subsidiárias ou auxiliares para a instrução e acompanhamento dos Processos Administrativos Simplificados em andamento no âmbito da SUROD;
- Atividades subsidiárias ou auxiliares para análise na prestação de contas de recursos destinados à remoção de interferências no âmbito dos contratos de concessão, de recursos destinados à educação e segurando no trânsito, dentre outras verbas previstas nos contratos de concessão.
- Atividades subsidiárias ou auxiliares na gestão de contratos de concessão rodoviárias, inclusive sob o aspecto econômico financeiro;
- Atividades subsidiárias ou auxiliares nas atividades de fiscalização econômica financeira do contrato de concessão (financiamentos, emissão de títulos imobiliários, emissão de títulos mobiliários, dentre outros);
- Atividades subsidiárias na análise da aplicação dos Recursos de Desenvolvimento Tecnológico – RDT;
- Atividades subsidiárias ou auxiliares nas ações de regulação do setor de rodovias;
- Atividades subsidiárias de apoio ao desenvolvimento de Sistemas de Tecnologia para gestão e fiscalização dos contratos de Concessão no âmbito da SUROD.
- Demais atividades subsidiárias ou auxiliares que abarcam as atividades da SUROD, GEFIR, GEGER e GERER.

Pelo exposto, torna-se evidente que os serviços em questão são essenciais para o desenvolvimento das atividades atribuídas da SUROD e suas respectivas Gerências, e que a interrupção dos mesmos comprometeria a continuidade das atividades conferidas a esta Agência pela Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001 e Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002, incorrendo em grave impacto na execução dos contratos das rodovias federais concedidas.

A demanda ainda é mais premente, tendo em vista que o Contrato Administrativo nº 14 /2020 decorrente do Pregão Eletrônico nº 02/2020 (50500.308176/2019-62), terá seu termo em meados do último trimestre do ano de 2021, sabendo-se que o desprovimento de uma equipe de suporte, a agir em caráter subsidiário para o atendimento das demandas regimentais da SUROD, GEFIR, GEGER e GEENG, impactará na descontinuidade da gestão dos contratos de concessão de rodovias do PROCROFE.

Ressaltamos que a proposta de contratação buscou meios de redução do orçamento e qualificação da equipe, considerando que, os custos com a infraestrutura serão fornecidos pela ANTT.

Assim, evidencia-se a necessidade de apoio técnico para execução em caráter subsidiário de serviços especializados de gestão dos contratos de concessão e apoio ao programa de concessão de rodovias de competência da SUROD e suas gerências responsáveis, GEFIR,

GEGEF e GERER, nos termos d, a Resolução ANTT nº 5.888/2020, Deliberação ANTT nº 270/2020 e Portaria SUOD nº 86, de 08 de setembro de 2020.

#### 4. Área requisitante

| Área Requisitante                                    | Responsável                |
|--|----------------------------|
| Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUOD | André Luis Macagnam Freire |

#### 5. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação é fundamental para a consecução das atividades regimentais da SUOD sendo decorrente da demanda por serviços indiretos e específicos, subsidiários à atividade fim de regulação e gestão dos contratos de concessão vigentes e futuros contratos, considerando-se ainda da insuficiência de recursos humanos (servidores de carreira da ANTT) para atender a todas as demandas provenientes das concessões ora contratadas, e que eventuais variações poderão ser alcançadas pelos limites legais autorizados para aditivo.

A contratação foi estruturada considerando os seguintes pilares: eficiência da gestão, eficiência da fiscalização, otimização da equipe, qualificação da equipe, absorção de conhecimento por parte dos servidores da ANTT, otimização de recursos públicos, equalização das condições e análises realizadas na ANTT em correlação as demandas apresentadas na SUOD.

Desse modo, considerando que são diversas temáticas que se inter-relacionam, foi delimitada uma equipe fixa, que deverá desenvolver as suas atividades em regime de exclusividade e continuidade, na sede da ANTT, sabendo-se que as atividades desenvolvidas por esses profissionais serão materializadas por meio dos conteúdos e documentos apresentados nos relatórios mensais, com formato delimitado, que permitirá a avaliação da produtividade mês a mês para efeito do cálculo do IMR.

No Termo de Referência, de forma a permitir vistorias in loco dos profissionais alocados na equipe, garantindo-lhes a maior eficiência dos trabalhos técnicos desempenhados, há no formato de acionamento por demanda, de recursos que garantam o deslocamento e a cobertura de valores para diárias dos profissionais.

Está claro no Termo de Referência que a equipe mobilizada deverá ser alocada para o desenvolvimento das atividades na sede da ANTT, em Brasília. Essa decisão considerou o melhor gerenciamento das atividades, além do que, nas informações que são manipuladas, há a necessidade de salvaguardas de sigilo.

Todavia, de forma excepcional, durante a pandemia do coronavírus (COVID-19), a forma de execução poderá ser realizada sob o regime de trabalho remoto, sem necessidade de comparecimento à repartição, resguardada a correta prestação dos serviços, sendo previsto tal salvaguarda no Termo de Referência.

Os requisitos necessários para o atendimento da contratação são detalhados no Termo de Referência, os quais destaca-se abaixo:

- Nos termos do artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93, trata-se de serviço continuado;
- Nos termos do art. 17 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, a presente contratação trata-se de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, por posto de trabalho;
- O Regime de Execução é Empreitada por Preço Unitário;
- A duração do contrato será de 30 (vinte e quatro) meses, autorizada a prorrogação por até 60 (sessenta) meses;
- Práticas de sustentabilidade ambiental descritas no Termo de Referência;
- Poderá haver necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas conforme descrito no Termo de Referência;
- Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;
- Cumprimento das obrigações da CONTRATADA e CONTRATANTE previstas no Termo de Referência.

Eventuais justificativas das escolhas adotadas na presente contratação estão descritas no Termo de Referência ou na NOTA TÉCNICA SEI Nº 5964/2021/SUOD/DIR (Documento SEI 8490899).

## **6. Levantamento de Mercado**

A solução a ser contratada é implementada em todos os órgãos vinculados ao Ministério da Infraestrutura - MINFRA. Os critérios técnicos de seleção do fornecedor são de amplo conhecimento, grande número de fornecedores e não restringe a competitividade no certame.

## **7. Descrição da solução como um todo**

A contratação em questão trata-se da execução de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária – SUOD.

Os profissionais contratados serão responsáveis por prestar apoio técnico auxiliar ou subsidiário ao corpo de servidores públicos estatutários da SUOD, responsáveis pela tomada de decisão quanto a fiscalização, gestão e regulação dos contratos de concessão vigentes no âmbito dessa Superintendência, em especial quanto as atividades destacadas abaixo:

- Atividades subsidiárias ou auxiliares na elaboração, revisão e acompanhamento de indicadores de desempenho da SUOD e suas gerências;
- Atividades subsidiárias ou auxiliares na elaboração e acompanhamento dos projetos previstos no âmbito da SUOD presentes na agenda regulatória da ANTT e atividades de regulação do mercado de concessão rodoviária;
- Atividades subsidiárias ou auxiliares na prospecção de informações e elaboração de respostas e questionamentos da ouvidoria, Diretoria, Ministério Público, Justiça, Ministério supervisor, Tribunal Arbitral e órgãos de controle externo e interno em que a SUOD está jurisdicionada;

- Atividades subsidiárias ou auxiliares para a instrução e acompanhamento dos Processos Administrativos Simplificados em andamento no âmbito da SUROD;
- Atividades subsidiárias ou auxiliares para análise na prestação de contas de recursos destinados à remoção de interferências no âmbito dos contratos de concessão, de recursos destinados à educação e segurando no trânsito, dentre outras verbas previstas nos contratos de concessão.
- Atividades subsidiárias ou auxiliares na gestão de contratos de concessão rodoviárias, inclusive sob o aspecto econômico financeiro;
- Atividades subsidiárias ou auxiliares nas atividades de fiscalização econômica financeira do contrato de concessão (financiamentos, emissão de títulos imobiliários, emissão de títulos mobiliários, dentre outros);
- Atividades subsidiárias na análise da aplicação dos Recursos de Desenvolvimento Tecnológico – RDT; Atividades subsidiárias ou auxiliares nas ações de regulação do setor de rodovias;
- Demais atividades subsidiárias ou auxiliares que abarcam as atividades da SUROD, GEFIR, GEGER e GERER.

Além disso, o modelo de negócio ora proposto, permitirá a eficiência da gestão, eficiência da fiscalização, otimização da equipe, qualificação da equipe, absorção de conhecimento por parte dos servidores da ANTT, otimização de recursos públicos, equalização das condições tecnológicas das análises realizadas na ANTT em correlação com os projetos propostos pelas concessionárias.

Na presente contratação foi adotado o critério híbrido de posto de trabalho, atrelado a Índices de Medição de Resultados, conforme possibilidade prevista na IN SEGES/MP nº 05 /2017. O objeto do contrato tem a natureza de serviço comum de engenharia.

A presente contratação adotará como regime de execução do tipo empreitada por preço unitário, uma vez que o regime é útil, pois comporta a modulação na execução e reduzirá as dificuldades em caso de variações e quantitativos ao longo da contratação.

O prazo de vigência do contrato é de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/1993.

A Contratação se dará por lote único para que se possa preservar a integridade qualitativa, quantitativa, técnica e econômica do objeto.

## **8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

A estimativa de quantidade foi baseada na atual necessidade da SUROD e suas Gerências GEFIR, GEGER e GERER que serão órgãos destinatários da presente contratação.

Para a elaboração do referido quadro estimativo de quantidade de postos de trabalho, foram considerados a quantidade de 22 dias úteis trabalhados por mês por cada profissional, considerando 44 horas de trabalho semanais, totalizando 193,6 horas trabalhadas a cada mês por profissional considerando um mês padrão de 30 dias. Em face disso, foram estimados o consumo mensal de horas por cada profissional em cada uma das atividades relacionadas, tornando possível estabelecer de forma expedita a quantidade de cada profissional que será utilizada a cada mês para execução de cada uma das

atividades previstos no Termo de Referência. Para estimar o consumo total de cada espécie de profissional foi considerado a experiência comparativa entre a taxa de ocupação de cada atividade no âmbito de cada gerência da SUROD de forma expedita.

Os detalhes e memória de cálculo da quantidade de profissionais está disponível na NOTA TÉCNICA SEI Nº 5964/2021/SUROD/DIR (Documento SEI 8490899).

| DESCRIÇÃO DO POSTO DE TRABALHO                   | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE |
|--|-------------------|------------|
| ENGENHEIRO COORDENADOR - ENGENHEIRO CIVIL SÊNIOR | Posto de Trabalho | 1          |
| ENGENHEIRO DE PROJETOS SÊNIOR                    | Posto de Trabalho | 5          |
| ENGENHEIRO DE PROJETOS PLENO                     | Posto de Trabalho | 27         |
| ADMINISTRADOR JÚNIOR                             | Posto de Trabalho | 1          |
| ASSISTENTE ADMINISTRATIVO JÚNIOR                 | Posto de Trabalho | 8          |
| BACHAREL EM DIREITO JÚNIOR                       | Posto de Trabalho | 4          |
| BACHAREL EM DIREITO SÊNIOR                       | Posto de Trabalho | 4          |
| CONTADOR SÊNIOR                                  | Posto de Trabalho | 2          |
| ECONOMISTA SÊNIOR                                | Posto de Trabalho | 3          |
| TÉCNICO ADMINISTRATIVO SÊNIOR                    | Posto de Trabalho | 5          |
| TÉCNICO ADMINISTRATIVO PLENO                     | Posto de Trabalho | 5          |

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

Segue quadro com a estimativa dos valores a serem contratados:

| QUADRO RESUMO   |                                  |            |                            |                      |                        |                        |
|---|----------------------------------|------------|----------------------------|----------------------|------------------------|------------------------|
| DESPESAS FIXAS  |                                  |            |                            |                      |                        |                        |
| ITEM  | DESCRIÇÃO                        | QTD POSTOS | VALOR MENSAL DE CADA POSTO | VALOR MENSAL         | VALOR ANUAL (12 MESES) | VALOR TOTAL (30 MESES) |
|   |                                  | (UND)      | (R\$)                      | (R\$)                | (R\$)                  | (R\$)                  |
|   |                                  | [A]        | [B]                        | [C] = [A] X [B]      | [D] = [C] X 12         | [E] = [C] X 30         |
| 1   | ENGENHEIRO COORDENADOR           | 1          | R\$ 37.871,65              | R\$ 37.871,65        | R\$ 454.459,80         | R\$ 1.136.149,50       |
| 2   | ENGENHEIRO DE PROJETOS SÊNIOR    | 5          | R\$ 31.981,12              | R\$ 159.905,60       | R\$ 1.918.867,20       | R\$ 4.797.168,00       |
| 3   | ENGENHEIRO DE PROJETOS PLENO     | 27         | R\$ 24.370,48              | R\$ 658.002,96       | R\$ 7.896.035,52       | R\$ 19.740.088,80      |
| 4   | ADMINISTRADOR JÚNIOR             | 1          | R\$ 9.321,88               | R\$ 9.321,88         | R\$ 111.862,56         | R\$ 279.656,40         |
| 5   | ASSISTENTE ADMINISTRATIVO JÚNIOR | 8          | R\$ 14.903,44              | R\$ 119.227,52       | R\$ 1.430.730,24       | R\$ 3.576.825,60       |
| 6   | BACHAREL EM DIREITO JÚNIOR       | 4          | R\$ 10.731,08              | R\$ 42.924,32        | R\$ 515.091,84         | R\$ 1.287.729,60       |
| 7   | BACHAREL EM DIREITO SÊNIOR       | 4          | R\$ 17.955,16              | R\$ 71.820,64        | R\$ 861.847,68         | R\$ 2.154.619,20       |
| 8   | CONTADOR SÊNIOR                  | 2          | R\$ 23.424,64              | R\$ 46.849,28        | R\$ 562.191,36         | R\$ 1.405.478,40       |
| 9   | ECONOMISTA SÊNIOR                | 3          | R\$ 19.406,21              | R\$ 58.218,63        | R\$ 698.623,56         | R\$ 1.746.558,90       |
| 10  | TÉCNICO ADMINISTRATIVO SÊNIOR    | 5          | R\$ 8.757,03               | R\$ 43.785,15        | R\$ 525.421,80         | R\$ 1.313.554,50       |
| 11  | TÉCNICO ADMINISTRATIVO PLENO     | 5          | R\$ 7.342,30               | R\$ 36.711,50        | R\$ 440.538,00         | R\$ 1.101.345,00       |
| VALOR TOTAL DAS DESPESAS FIXAS                        |                                  |            |                            | R\$ 1.284.639,13     | R\$ 15.415.669,56      | R\$ 38.539.173,90      |
| DESPESAS EVENTUAIS                                    |                                  |            |                            |                      |                        |                        |
| ITEM  | DESCRIÇÃO                        | QTD        | VALOR UNITÁRIO             | VALOR MENSAL         | VALOR ANUAL (12 MESES) | VALOR TOTAL (30 MESES) |
|   |                                  | (30 MESES) | (R\$)                      | (R\$)                | (R\$)                  | (R\$)                  |
|   |                                  | [A]        | [B]                        | [C] = [A] X [B] / 30 | [D] = [C] X 12         | [E] = [C] X 30         |
| 12  | DESLOCAMENTO AÉREO               | 90         | R\$ 1.577,08               | R\$ 4.731,24         | R\$ 56.774,88          | R\$ 141.937,20         |
| 13  | DESLOCAMENTO TERRESTRE           | 5          | R\$ 638,86                 | R\$ 106,48           | R\$ 1.277,72           | R\$ 3.194,30           |
| 14  | DIÁRIAS                          | 190        | R\$ 211,78                 | R\$ 1.341,27         | R\$ 16.095,28          | R\$ 40.238,20          |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS EVENTUAIS (R\$)                 |                                  |            |                            | R\$ 6.178,99         | R\$ 74.147,88          | R\$ 185.369,70         |
| VALOR REGULAR DOS SERVIÇOS + DESPESAS EVENTUAIS (R\$) |                                  |            |                            | R\$ 1.290.818,12     | R\$ 15.489.817,44      | R\$ 38.724.543,60      |
| VALOR GLOBAL PARA 30 MESES (R\$)                      |                                  |            |                            |                      |                        | R\$ 38.724.543,60      |

Os custos da contratação foram elaborados com base na Tabela de Consultoria da Resolução DNIT nº 11, de 20 de agosto de 2020 do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), mês referência janeiro de 2021, a memória de cálculo está disponibilizada como anexo ao Termo de Referência.

Alguns postos de trabalho foram verificados na referência do DNIT, sendo que, para os postos de trabalho que não existe previsão definida na Tabela de Consultoria do DNIT, por meio dos Processos nº 50500.040944/2021-90 e nº 50500.065348/2021- 12, a SUOD realizou consulta com mais de 50 (cinquenta) empresas, sendo que apenas 4 (quatro) empresas responderam, e com isso, foi possível identificar a remuneração média praticada pelo mercado para aquelas categorias profissionais.

O método utilizado para o alcance dos preços médios foi a média de todos os valores fornecidos pelas empresas que atenderam ao convite, os quais quando confrontados com os valores publicados na mídia especializada, evidenciaram a sua aderência, razão pela qual o orçamento referencial assim os considerou.

O quantitativo de profissionais e o tipo de profissional necessários para a realização de estimativa dos custos foi proposto pela SUOD, considerando a quantidade de 22 dias úteis trabalhados por mês por cada profissional, com periodicidade de 8 horas por dia, totalizando 176 horas trabalhadas a cada mês por profissional. Em face disso, foram estimados o consumo mensal de horas por cada profissional em cada uma das atividades

relacionadas, tornando possível estimar a quantidade de cada profissional que será utilizada a cada mês para execução de cada uma das atividades. Para estimar o consumo total de cada espécie de profissional foi considerado a experiência comparativa entre a taxa de ocupação de cada atividade no âmbito de cada gerência da SUROD. Os detalhes e memória de cálculo da quantidade de profissionais está disponível na NOTA TÉCNICA SEI Nº 5964/2021/SUROD/DIR (Documento SEI 8490899).

Para a orçamentação das despesas eventuais, especialmente a que trata sobre o deslocamento para execução das atividades de apoio técnico, foi considerado que tal necessidade tem caráter eventual, por demanda, e em caso de execução tratar-se-á de locação por período curto (inferior a uma semana), face a especificidade do serviço, os valores dispostos na Tabela de Consultoria do DNIT não foram considerados, visto que àquela fonte indica a locação mensal. Definido que o componente do produto, no caso o deslocamento terrestre deveria, em caso de necessidade da prestação dos serviços, ocorrer em locadoras de veículos.

Com a definição relativa às compras de passagens e locação de veículos (por diárias) passou-se à pesquisa junto ao Painel de Preços do Ministério da Economia relativa a compras de passagens aéreas e locação de veículo com quilometragem livre, quando se detectou que tal serviços não se encontram registros de compra junto àquele portal. Com tal situação, a pesquisa de preços foi realizada, no que concerne às passagens aéreas, nos sites dos fornecedores, e no que concerne aos preços para locação de veículos, em site de pesquisa em fornecedores de serviços de locação de veículos nas localidades necessárias ([www.rentalcars.com](http://www.rentalcars.com)). Considerando a necessidade de provisionamento de combustível, para a média deste insumo foi considerado o total de Km ora concedidos, considerando valores atribuídos para as localidades, pela Agência Nacional do Petróleo - ANP. Para efeito de proposta, os valores de pedágio devem ser considerados inclusos nos valores totais relativos aos automóveis (locação e combustível).

No que concerne à cidade de Goiânia, não foi considerado deslocamento aéreo, restando somente o terrestre.

Informa-se que as orientações contidas na Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 5 de agosto de 2020, foram plenamente atendidas.

A memória de cálculo está detalhada na NOTA TÉCNICA SEI Nº 5964/2021/SUROD/DIR (Documento SEI 8490899). Em suma, os levantamentos (pesquisas de preços) foram realizados da seguinte maneira:

- Posto de trabalho - Mão de obra (Convenção Coletiva de Trabalho - CCT DF000687/2019 (SEI nº 8505432), Convenção Coletiva de Trabalho - CCT DF000542/2019 (SEI nº 8505432), tabela de preços de consultoria do DNIT - abril/2021 e pesquisa de mercado - junho /2021 (SEI nº 8505432));
- Diárias (Decreto nº 5.992/2006 do Governo Federal);
- Deslocamento aéreo - passagens (sites de pesquisa - junho/2021); Deslocamento terrestre: locação de veículos (sites de pesquisa - junho/2021) e combustível (site da ANP - junho/2021).

A memória de cálculo está disponibilizada em planilha eletrônica, conjuntamente com o Termo de Referência.

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Os serviços técnicos especializados a serem contratados pela ANTT, foi delimitado em lote único em função das atividades desenvolvidas serem interdependentes entre si. Diante do exposto, resta claro que a inviabilidade técnica de divisão em lotes do objeto, já que as atividades não têm sentido isoladamente, mas apenas considerando o conjunto das atividades que refletem a SUROD.

Como exemplo citamos a atividade 7 - (Apoio Técnico na Gestão de Contratos de Concessões Rodoviárias) que tem como principal tarefa a Revisão Tarifária Ordinária e Extraordinária, item que depende diretamente à execução das atividades 6,12,13,14,15 e 16, atividades que ocorrem ao longo do ano concessão nas quatro unidades organizacionais presentes na presente contratação (Assessoria da SUROD, GEFIR, GEGER e GERER).

Outro exemplo que podemos citar é a atividade 4 (Apoio Técnico na Instrução /Acompanhamento do PAS), que trata da análise e instrução dos processos administrativos de multas, que dependem de tarefas desenvolvidas de forma complementar entre as quatro unidades organizacionais presentes na presente contratação (Assessoria da SUROD, GEFIR, GEGER e GERER). A GEFIR, GEGER e GERER podem propor a autuação de multas contratuais, sendo que a GEFIR autua os processos de multas especificamente, sendo que a análise e instrução das multas é realizado pela GEFIR e assessoria técnica da SUROD, por meio da Coordenação de Instrução Processual – CIPRO.

Além disso, do ponto de vista econômico, vale lembrar que o país passa por um momento de relevante contracionismo fiscal, trazendo a diretriz que as contratações devem buscar o máximo de eficiência nos gastos. Nessa esteira, ressaltamos que a restrição orçamentária impõe um cenário que muito difere do ideal, sendo que o edital foi revisado buscando a mínima perda possível para as atividades desta SUROD/ANTT e privilegiando as ações estritamente necessárias. Assim, do ponto de vista econômico, dividir as atividades em lotes causaria ainda maior dano em função de que seria necessário redistribuir os custos indiretos de administração entre os diversos lotes, impactando necessariamente o orçamento a maior.

## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda. Para a delimitação do objeto, foi promovido levantamento a miúdo das ações propostas no Termo de Referência e promovido o cruzamento com as demais contratações existentes ou em fase de planejamento e licitação no âmbito da SUROD, constatando-se que não há sobreposição, correlação, interdependência ou conflito entre os objetos.

Nesse campo, é salutar explicitar que os objetos dos contratos de supervisão vigentes e que serão contratados no âmbito da SUROD para prestação de apoio técnico à supervisão dos trechos das rodovias federais outorgados à exploração da iniciativa privada não apresentam duplicidade com o objeto do presente contrato.

Os contratos de supervisão vigentes na SUROD têm o objeto de prestar apoio técnico as atividades de fiscalização in loco dos parâmetros de qualidade dos elementos da rodovia (pavimento, sinalização, Obra de Arte Especial, Terraplenos, operação da rodovia, dentre

outros), inclusive com realização autônoma de monitoração por instrumentos de percentual da rodovia. Trata-se de atividade vinculada à fiscalização de rodovias propriamente dita.

A presente proposta de contratação, tem como objeto as atividades subsidiárias de fiscalização de cláusulas do contrato de concessão, gestão dos investimentos previstos nos contratos de concessão e regulação do mercado de concessão de rodovias federais, dentre outras atividades correlatas.

Cabe ainda esclarecimento adicional de que as atividades e competências relacionadas na presente contratação não possuem quaisquer correlações com os serviços que serão prestados no âmbito da contratação dos serviços objeto do Processo nº 50500.321097/2019-47 e quaisquer contratações futuras de tal natureza, conforme justificativas apresentadas a seguir.

Em linhas gerais, os contratos celebrados nos sete lotes do Processo nº 50500.321097/2019-47 contemplam produtos relacionados a atividade de fiscalização dos parâmetros de desempenho previstos nos Programas de Exploração da Rodovia para o Pavimento, Sinalização Horizontal e Vertical, Obras de Artes Especiais, Terraplenos e Estruturas de Contenção, bem como prestar apoio técnico no acompanhamento da conservação, manutenção e operação e execução das obras pelas Concessionárias. Em suma, trata-se de atividades correlacionadas com o apoio à fiscalização das COINF nas rodovias concedidas.

Os serviços e produtos solicitados na contratação da empresa gerenciadora em questão visam atender as demandas de gestão, regulação e fiscalização das cláusulas contratuais, atividades realizadas em três gerências temáticas da SUROD (GEFIR, GEGER, GERER, além da própria assessoria da SUROD), dentre os quais como exemplo estão enquadradas as atividades 5, 11 e 12.

- Atividade 5: Esta atividade está relacionada ao apoio técnico da empresa em atividades subsidiárias para a gestão dos contratos ou convênios que tem como objeto estudos técnicos de engenharia necessários para a solução de litígios relacionadas à gestão do contrato de concessão, não havendo quaisquer relações com as atividades executadas nas COINF.
- Atividade 11: O processo de recebimento de obras está descrito no Manual de Fiscalização de Rodovias Concedidas da ANTT, sendo dividido em duas partes a sua execução: A 1ª parte é executada pela COINF que elabora por meio de vistoria da obra executada o Relatório de Recebimento de Obras e encaminha para a GEFIR/SUINF; A 2ª parte do processo é a elaboração de Termo de Recebimento Definitivo circunstanciado pela GEFIR/SUINF, que atestará a conclusão da obra. Dessa forma, os contratos administrativos decorrentes do processo nº 50500.321097/2019-47 e processos de mesma natureza, prevê em um de seus produtos o apoio da empresa supervisora à COINF para realizar os atos relacionados à 1ª Parte do Recebimento de Obras. A atividade 11 do presente processo se refere especificamente ao apoio técnico para os atos relacionados à 2ª Parte do Processo de Recebimento de Obras.
- Atividade 12: Os contratos administrativos decorrentes do processo nº 50500.321097/2019-47 prevê o apoio técnico nos serviços de verificação do atendimento dos parâmetros técnicos de operação previstos no Programa de Exploração da Rodovia, tais como Atendimento médico e mecânico, funcionamento adequado das praças de pedágio, Sistemas de Atendimento ao Usuário, dentre outros. A atividade 12 do presente processo se refere especificamente à coleta e tratamento dos dados operação, conservação e manutenção da rodovia, em vistas de garantir a adequada utilização de

indicadores para tomada de decisão da SUROD bem como munir os demais processos de gestão de contrato com informações como dados quantitativos e qualitativos de acidentes, atendimento médico e mecânico, evolução dos parâmetros técnicos previstos no PER, dentre outros.

## 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Conforme Deliberações ANTT nº 275/2020, nº 528/2020, e nº 158/2021, o Planejamento Anual de Contratações - PAC da ANTT de 2021 e 2022 previu o valor estimado global para contratação dos serviços de apoio técnico para a execução de serviços técnicos especializados de engenharia consultiva e assessoramento em gestão pública, com o aprimoramento dos mecanismos de governança, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da SUROD e suas Gerências GEFIR, GEGER e GERER.

O Anexo à Deliberação ANTT nº 275/2020, alterada pela nº 528/2020 (item 1.39 do Anexo - R\$8.403.749,44) e deliberação ANTT nº 158/2021 (**item 1.50 do Anexo - R\$ 8.717.219,42**) que determina o PAC 2021 de PAC 2020 respectivamente prevê a contratação dos serviços previstos no atual contrato vigente que será substituído pela presente contratação, restando demonstrado que a proposta de contratação encontra-se alinhada com o Plano Anual de Contratações da ANTT dos anos de 2021 e 2022.

Além disso, ressaltamos que é objetivo do Planejamento Estratégico da ANTT 2020 -2030 "**Garantir a segurança jurídica, cumprimento de contrato e efetividade da regulação**", o que somente poderá ser alcançado pela ANTT com a prestação dos serviços em quantidade e qualidade adequada do seu corpo técnico.

Nessa esteira, a presente proposta de contratação está de acordo com o objetivo traçado pela ANTT, pois visa garantir que a SUROD tenha mão de obra qualificada e suficiente para prestar apoio técnico auxiliar ou subsidiário para a tomada de decisão dos Técnicos e Especialistas em regulação do seu quadro, responsáveis pela Tomada de decisão durante a fiscalização, gestão e regulação dos contratos de concessão de rodovias federais concedidas.

## 13. Resultados Pretendidos

Não se aplica.

## 14. Providências a serem Adotadas

Abaixo, seguem as providências adotadas:

- i. 1. Disponibilidade de instalações físicas para os profissionais alocados;

- ii. 2. Disponibilidade de equipamentos de informática e comunicação para os profissionais alocados;

Assim, com relação a esse tópico, foi realizado o levantamento da estrutura física e dos equipamentos disponíveis atualmente na SUROD e suas gerências GEFIR, GEGER e GERER, sendo considerado suficiente.

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

Não se aplica.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

Diante do que foi apresentado, esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da Instrução Normativa SEGES /ME nº 40 de 22 de maio de 2020.

## 17. Responsáveis

VINICIUS MAGNUS ANTONIUS TORQUATO DE ARAÚJO LIMA  
Técnico em Regulação

LEONARDO MENDONÇA DE OLIVEIRA  
Especialista em Regulação

CLAUBER SANTOS CAMPELLO  
Especialista em Regulação